

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA**

JOÃO ALVES FERREIRA

**QUAIS AS PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS NO FÓRUM AFFONSO
CAMPOS EM CAMPINA GRANDE\PB.**

**CAMPINA GRANDE - PB
2014.**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA**

JOÃO ALVES FERREIRA

**QUAIS AS PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS NO FÓRUM AFFONSO
CAMPOS EM CAMPINA GRANDE\PB.**

**Monografia apresentada ao Curso de Pós-
Graduação em Planejamento e Gestão
Pública da Universidade Estadual da
Paraíba – UEPB, como requisito para
obtenção do título de Especialista em
Planejamento e Gestão Pública.**

ORIENTADOR: PROF. MS. CLAUDIO RUY PORTELA DE VASCONCELOS

**CAMPINA GRANDE - PB
2014.**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

F383q Ferreira, João Alves

Quais as práticas sustentáveis no Fórum Affonso Campos em Campina Grande/PB [manuscrito] / João Alves Ferreira. - 2014. 62 p.

Digitado.

Monografia (Especialização em Planejamento e Gestão Pública) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2014.

"Orientação: Cláudio Ruy Portela de Vasconcelos, Departamento de Engenharia de Produção Mecânica - UFPB".

1. Práticas de sustentabilidade. 2. Logística sustentável. 3. Gestão ambiental I. Título.

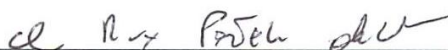
21. ed. CDD 658.408

JOÃO ALVES FERREIRA

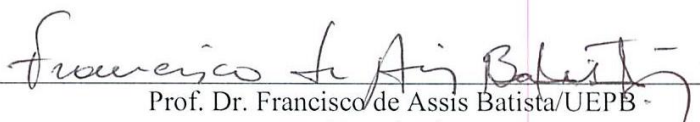
**QUAIS AS PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS NO FÓRUM AFFONSO
CAMPOS EM CAMPINA GRANDE\PB.**

**Monografia apresentada ao Curso de Pós-
Graduação em Planejamento e Gestão
Pública da Universidade Estadual da
Paraíba – UEPB, como requisito para
obtenção do título de Especialista em
Planejamento e Gestão Pública.**

Aprovada em 06 de Junho de 2014.



Prof. Ms. Claudio Ruy Portela de Vasconcelos/UEPB
Orientador



Prof. Dr. Francisco de Assis Batista/UEPB
Examinador



Prof.ª/Dr.ª. Ângela Maria Cavalcanti Ramalho/UEPB
Examinadora

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a Deus e a minha família, em especial, aos meus Pais, Moisés Alves de Oliveira (in memorian) e Maria Alberina de Oliveira (in memorian), que, apesar de não mais estarem em minha companhia, sempre me apoiaram. Bem como a minha esposa, Terezinha Maurício de Melo, meu filho, João Paulo Alves de Melo e minha nora, Chênia Luminata Fernnades Alves, que tornam meus dias mais felizes.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus, pela presença constante em minha vida, por sempre ter iluminado meus caminhos e me ajudado a superar os obstáculos.

Aos meus pais Moisés Alves de Melo (in memmorian) e Maria Alberina de Oliveira (in memmorian) que sempre me incentivaram e me apoiaram nas minhas conquistas.

As minhas irmãs Maria do Socorro, Maria do Carmo e Francisca Alves, pelos momentos felizes que vivemos juntos.

Ao meu gato Chico, que sempre esteve ao meu lado nas noites em que passei acordado estudando durante o Curso.

A todos que compõem o Fórum Affonso Campos, especialmente a Ana Cristina e Ramon Nóbrega pelo incentivo para levar o curso até o fim e pela paciência que tiveram comigo durante a realização dos trabalhos; a Andréia Meira, pela sua amizade e apoio; e aos serventuários que colaboraram com este trabalho. Muito Obrigado!

Agradeço aos professores que contribuíram, direta ou indiretamente, para a realização deste trabalho, em especial a Claudio Ruy Portela de Vasconcelos, pelo apoio e confiança depositada em mim e pelos incentivos em momentos decisivos, bem como pela dedicação que teve comigo e pela brilhante forma como me conduziu para que este sonho se concretizasse.

A Banca Examinadora por terem aceitado meu convite e pelo empenho para analisar este trabalho.

A Universidade Estadual da Paraíba e ao Tribunal de Justiça, em especial a Escola Superior da Magistratura – ESMA, que firmou convênio com a Universidade e tornou possível a realização deste Curso.

Aos meus amigos de faculdade, pelos excelentes momentos que passamos juntos, em especial a Ana Cristina da Silva Araújo, por ter me ajudado durante todo o Curso.

Enfim, a todas as pessoas que contribuíram direta ou indiretamente para concretização deste sonho. Vocês são muito especiais para mim!

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo identificar quais as Práticas de sustentabilidade adotadas no Fórum Affonso Campos – Campina Grande/PB e em que medidas elas atendem aos princípios da Instrução Normativa nº 10, A3P e a recomendação nº 11\2007 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e, desta forma, propor um Plano de Logística Sustentável para o Fórum Affonso Campos. Para isso adotou-se a pesquisa bibliográfica, seguido de pesquisa documental. Além disso, procurou-se dar mais ênfase a real importância da sustentabilidade para as organizações como um todo, sejam elas, públicas ou privadas, buscando a redução dos impactos ambientais e identificando oportunidades de redução de custos e de riscos ambientais e verificar até que ponto as legislações vigentes são cumpridas.

PALAVRAS-CHAVE: Práticas de Sustentabilidade, Logística Sustentável, Gestão Ambiental.

ABSTRACT

This study aims to identify the Sustainability practices adopted in Forum Alfonso Campos - Campina Grande / PB and to what extent they meet the principles of Instruction No. 10, A3P and Recommendation No. 11 \ 2007 of the National Council of Justice (CNJ) and, thus, propose a plan Sustainable Logistics for the Forum Alfonso Campos. For this we adopted the literature, followed by documentary research. Furthermore, we tried to give more emphasis to real importance of sustainability for organizations as a whole, be they public or private, seeking to reduce environmental impacts and identifying opportunities to reduce costs and environmental risks and to consider how far existing laws are enforced.

KEYWORDS: Sustainability Practices, Sustainable Logistics, Environmental Management.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Procedimentos metodológicos	38
Quadro 2 - Consumo de energia no Fórum Affonso Campos - mês de Jan/2014	45
Quadro 3 – Relação dos veículos do Fórum Affonso Campos	48
Quadro 4 - Apresentação da estrutura do PLS	52

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

A3P - Agenda Ambiental da Administração Pública
ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas
CF - Constituição Federal
CNJ - Conselho Nacional de Justiça
CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente
CPD - Central de Processamento de Dados
DORT - Doenças Osteomusculares Relacionadas ao Trabalho
EA - Educação Ambiental
EIA - Estudo de Impacto Ambiental
E-JUS - Justiça Eletrônica
EMC - Estratégia Mundial Para Conservação
FAC - Fórum Affonso Campos
GESPÚBLICA - Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização
IN - Instrução Normativa
IPCC - Painel Intergovernamental Sobre Mudanças Climáticas
LER - Lesão Por Esforços Repetitivos
NBR - Norma Brasileira
ONGs - Organização Não Governamentais
ONU - Organização das Nações Unidas
PES - Projeto Esplanada Sustentável
PJE - Processo Judicial Eletrônico
PLS - Plano de Logística Sustentável
PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
SISNAMA - Sistema Nacional do Meio Ambiente
SNVS - Sistema Nacional de Vigilância Sanitária
SUASA - Sistema Unificado de Atenção a Sanidade Agropecuária
UICN - União Internacional para Conservação da Natureza

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	15
2.1	SUSTENTABILIDADE - CONCEITOS E DEFINIÇÕES	15
2.2	HISTÓRICO DA SUSTENTABILIDADE	15
2.2.1	O CONTEXTO HISTÓRICO BRASILEIRO DA SUSTENTABILIDADE	18
2.3	CRESCIMENTO, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	19
2.4	SUSTENTABILIDADE SOB A ÓTICA DA INSTRUÇÃO NORMATIVA nº 10	22
2.4.1	SUSTENTABILIDADE X ÁGUA	24
2.4.2	SUSTENTABILIDADE X ENERGIA	26
2.4.3	SUSTENTABILIDADE X RESÍDUOS SÓLIDOS	27
2.5	SOCIEDADE SUSTENTÁVEL	28
2.6	SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL ATRAVÉS DA INOVAÇÃO	29
2.7.1	AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (A3P)	30
2.8	A SUSTENTABILIDADE E A RECOMENDAÇÃO nº 11/2007 DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA	33
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	36
4	ANÁLISE DOS DADOS E PROPOSTA DE PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL	39
	PARTE II - DIAGNÓSTICO DA ORGANIZAÇÃO	42
4.2	MATERIAL DE CONSUMO	43
4.2.1	CONSUMO DE PAPEL	43
4.2.2	CONSUMO DE COPOS	44
4.3	ENERGIA ELÉTRICA	44
4.4	ÁGUA E ESGOTOS	46
4.5	COLETA SELETIVA	46
4.6	QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO	47
4.7	COMPRAS E CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS	48
4.8	DESLOCAMENTO DE PESSOAL	48
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS E SUGESTÕES DE MELHORIAS	50
5. 1	SUGESTÃO DE PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL PARA O FÓRUM AFFONSO CAMPOS	51
	PLANO DE MATERIAL DE CONSUMO	53
	PLANO PARA USO RACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA	54
	PLANO PARA USO RACIONAL DE ÁGUA E ESGOTO	55
	PLANO PARA COLETA SELETIVA	56
	PLANO PARA MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA NO AMBIENTE DE TRABALHO	56
	PLANO PARA DESLOCAMENTO DE PESSOAL	57
	PLANO PARA CAPACITAÇÃO EDUCACIONAL	58
	PLANO PARA COMUNICAÇÃO INTERNA	58
	CRONOGRAMAS, INDICADORES, UNIDADES RESPONSÁVEIS E RECURSOS	59

1 INTRODUÇÃO

O mundo de hoje vive enormes desequilíbrios, em que de um lado há a geração de riqueza, e por outro a miséria, a degradação ambiental e a poluição crescente. Diante disso surge o conceito de Sustentabilidade que está relacionado com a continuidade dos aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais da sociedade humana, e também surge a ideia do Desenvolvimento Sustentável, conceito que visa conciliar o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental.

A Comissão Brundtland definiu desenvolvimento sustentável como: “o desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem comprometer a habilidade das futuras gerações satisfazerem suas necessidades” (MORAES, 2009, p 22).

A percepção dos “efeitos colaterais” das sociedades afluentes e as críticas ao consumismo materialista são fatores que determinaram essa mudança – surgem novos argumentos contra os hábitos ostensivos, perdulários, hedonistas e consumistas, deixando evidente que o padrão de consumo das sociedades ocidentais modernas, além de socialmente injustos e moralmente indefensáveis, como criticado, há tempos, são ambientalmente insustentáveis (PORTILHO, 2005).

Há muitas décadas o serviço público vem sendo tratado como símbolo de burocracia e ineficiência na prestação de serviços à sociedade. Por muito tempo foi visto à criação de uma estrutura cada vez maior, composta por cada vez mais órgãos públicos nos poderes executivo, legislativo e judiciário, tanto na esfera federal quanto na estadual e municipal. Mas nesses últimos anos a administração pública vem passando por uma transformação lenta, mas progressiva, rumo à melhoria. (BRESSER, 1996). Como exemplos dessa melhoria temos a racionalização no gasto público, programas de excelência na gestão pública, programas de melhoria na qualidade do serviço público, a exemplo da Tecnologia da informação. E nos Tribunais, com a criação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), passou a ter uma fiscalização mais ativa: com a implantação de metas para o Judiciário cumprir, com prazos processuais bem definidos e com orientações diversas, a exemplo da sustentabilidade.

Importante salientar que, nesse contexto, observa-se a necessidade de mudanças urgentes diante de tantas práticas inadequadas que causam profundos danos ambientais, tanto que, nos últimos anos, esta preocupação tem sido manifestada e concretizada, através da promulgação de uma série de legislações federais, estaduais e municipais.

Segundo a Constituição Federal (CF) de 1988, impõe-se ao Poder Público (inclusive o Judiciário) a defesa do Meio Ambiente, como reza seu artigo 225:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sua qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo, e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Os Tribunais de Justiça e seus Fóruns (Comarcas) movimentam milhares de pessoas, papel, água, energia, etc. Deste modo, na condição de grande consumidor de bens, produtos e serviços, o Judiciário mantém constante relacionamento com a economia e, pela via direta, é responsável pelo fomento da mesma.

Assim, a problemática deste estudo visa responder a seguinte questão: **Quais as práticas de sustentabilidade adotadas no Fórum Affonso Campos (FAC)?**

Desta forma, o trabalho aqui proposto, direcionado para o ambiente do Fórum Affonso Campos – Campina Grande – PB, tem como objetivo geral: Analisar quais as práticas de sustentabilidade adotadas no Fórum Affonso Campos, levando em consideração os requisitos da Instrução Normativa nº 10, A3P e Recomendação nº 11\2007 do Conselho Nacional de Justiça.

Como objetivos específicos temos os seguintes: identificar, via pesquisa documental, práticas de sustentabilidade institucionalizadas pelo Fórum; Avaliar em que medida as práticas adotadas atendem aos requisitos da Instrução Normativa nº 10, A3P e Recomendação nº 11\2007 do Conselho Nacional de Justiça; Descrever o impacto dos serviços prestados pelo FAC no ambiente.

Acrescentar a metodologia

A metodologia utilizada neste trabalho é a pesquisa tipo exploratória, que se caracteriza pelo desenvolvimento e esclarecimento de ideias, com o objetivo de oferecer uma visão panorâmica, uma primeira aproximação a um determinado fenômeno que é pouco explorado. Bem como a pesquisa bibliográfica, por se tratar de um “estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral. O instrumento utilizado foi a coleta de dados no período de 01 a 07/12/2013, através da observação sistemática e também por meio de roteiro de entrevista que foi feita com os responsáveis pela Administração do Fórum Affonso Campos. Optou-se, ainda, pela pesquisa de natureza **qualitativa**.

Para cumprir o seu objetivo, a estrutura deste trabalho está dividida em cinco capítulos. O primeiro capítulo consta esta introdução com a problemática do estudo e os objetivos gerais

e específicos da realização deste trabalho. O capítulo seguinte é composto pelo referencial teórico dos temas principais deste trabalho, para um melhor embasamento em autores especializados da área de Sustentabilidade e gerenciamento ambiental. O capítulo três detalha a metodologia utilizada para a realização da pesquisa e, posterior alcance dos objetivos desta obra. No capítulo quatro foi descrito o perfil da organização que está sendo objeto de estudo da pesquisa, o Fórum Affonso Campos, entre os temas abordados, destacam-se: histórico, missão, visão, objetivos e propósitos organizacionais. Essas informações permitirão conhecer a realidade desta instituição judiciária, bem como o diagnóstico da referida organização. O último capítulo é composto pelas considerações finais e sugestões de melhorias, bem como a sugestão de Plano de Logística Sustentável para ser adotado pela instituição.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Sustentabilidade - Conceitos e Definições

As preocupações com a conservação ambiental e a importância de uma mudança de hábitos de consumo vêm ganhando cada vez mais força nos últimos trinta anos. Sustentabilidade virou a palavra de ordem no atual mundo globalizado.

Neste sentido, a busca do desenvolvimento sustentável conforme Mello (1999) dá-se através da premissa de que a sustentabilidade seja vista como princípio mestre de uma nova organização social, o qual só poderá ser de fato instituída se o macro conceito de auto-ecoorganização, proposto por Edgar Morim, for viabilizado em sentido operacional, pois “[...] a ideia de auto-ecoorganização supõe a ideia de reorganização permanente, visto que a organização deve regenerar-se incessantemente para compensar o aumento de entropia que o seu trabalho suscita”, ou seja, para construir-se a sustentabilidade, deve-se imprimir uma reciclagem constante à organização social humana com vistas a minimizar os desperdícios produzidos por essa organização em todas as dimensões da atividade humana.

A organização de uma sociedade sustentável objetiva a um uso do meio ambiente, pelo homem, mais extensivo do que o atual uso intensivo; a um gerenciamento do patrimônio natural e do artificial, através de um feixe de ações que priorizem a preservação e conservação tanto do capital natural quanto do capital antrópico (MELLO, 1999, p. 18).

É nesse contexto que se observa a necessidade de apresentar uma visão geral sobre os temas mais relevantes em relação à sustentabilidade.

2.2 Histórico da Sustentabilidade

O crescimento do mundo moderno trouxe um crescimento sistemático da produção de mercadorias e da atividade industrial, criando um novo modelo produtivo que passou a exigir, em escala cada vez maior, matérias-primas industriais, fontes de energia, acúmulo de riqueza, etc., assim, nas sociedades modernas, as interferências no meio natural passaram a ser muito mais ampliadas, embora já ocorressem em outras sociedades. Deste modo, viu-se a

necessidade de formulação de princípios e planos de ação para conter os problemas ambientais.

Segundo o Comitê Técnico da Associação Brasileira de Marcas Próprias e Terceirização - (2011), "[...] na década de 60, diversos grupos sociais questionaram a doutrina de desenvolvimento adotada pelo mundo no pós-guerra, surgindo os primeiros movimentos ambientalistas como a WWF (World Wild Foundation) em 1961."

A primeira conferência Mundial sobre o homem e o meio ambiente das Nações Unidas foi realizada na Suécia em 1972, conforme afirma Roberto Giansanti:

A Conferência de Estocolmo, realizada em 1972, foi o marco principal nos acordos internacionais sobre os problemas de desenvolvimento e meio ambiente. Evento de maior vulto no assunto até aquele período, reuniu representantes de 113 países e cerca de 250 ONGs. A partir dali foram realizadas uma série de reuniões e divulgados declarações, textos e relatórios por diversas instâncias e organismos internacionais (GIANSANTI, 1998, p. 52).

Outro documento importante foi o Estratégia Mundial para a Conservação (EMC), lançado em 1980 pela União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), entidade que fomenta e mantém bases de pesquisas em manejo ambiental em diversas partes do mundo, assim:

O documento, intitulado Estratégia Mundial para a Conservação (EMC), afirma que a conservação não é incompatível com o desenvolvimento econômico e social, destacando três objetivos básicos que devem nortear qualquer estratégia de preservação ambiental: manutenção dos processos ecológicos essenciais e dos sistemas vitais; preservação da biodiversidade em todos os seus níveis e garantia da utilização sustentável das espécies e dos ecossistemas (GIANSANTI, 1998, p. 53)

Neste contexto, as Nações Unidas publicaram em 1987 o documento Nosso Futuro Comum:

A partir de 1980, a ONU (Organização das Nações Unidas) retomou o debate das questões ambientais. Indicada pela entidade, a primeira ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, chefiou a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, para estudar o assunto. A comissão foi composta por ONGs e cientistas do mundo inteiro. O documento final desses estudos chamou-se "Our Common Future" (Nosso Futuro Comum, em português) ou Relatório Brundtland e foi apresentado em abril de 1987. Esse relatório chamou a atenção para uma nova postura ética, caracterizada pela responsabilidade tanto entre as gerações quanto entre os membros da sociedade atual. Com a sua publicação disseminou-se o conceito de desenvolvimento sustentável como sendo "o desenvolvimento que satisfaz a necessidade da geração presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades", o qual vinha, desde os anos de 1970, sendo refinado (SODRÉ, 2013).

Importante destacar que este relatório além de conter as premissas básicas para o desenvolvimento sustentável, ele traz recomendações para viabilizar os princípios elaborados em Estocolmo.

Em 1988 foi criado o hoje famoso IPCC (*Intergovernmental Panel on Climate Change* ou *Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas*), pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), para avaliar as mudanças climáticas ocorridas no planeta Terra. Criado a partir da percepção de que a ação do homem esteja influenciando o clima do planeta e que é necessário acompanhar esse processo (IPCC, 2010).

No Brasil, conforme o Comitê Técnico da Associação Brasileira de Marcas Próprias e Terceirização (2011), foi estabelecida em 1981 a Política Nacional do Meio Ambiente com o objetivo de estabelecer padrões, mecanismos e instrumentos capazes de conferir ao meio ambiente uma maior proteção. Dentro desta tendência, a partir da Resolução do CONAMA n.º001 de 1986 o Estudo de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) torna-se uma exigência para os Órgãos Ambientais brasileiros licenciarem e controlarem as operações industriais.

O maior evento mundial até hoje realizado sobre meio ambiente, ocorrido em junho de 1992 no Rio de Janeiro, foi o intitulado Rio-92:

Em 1992 ocorreu a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, também conhecida como ECO 92, onde se consagrou o conceito do desenvolvimento sustentável junto a chefes de estado, iniciativa privada e sociedade civil. Nesta conferência elaboraram-se documentos oficiais importantes tais como a Agenda 21, a Convenção da Biodiversidade e a tão conhecida Convenção das Mudanças Globais do Clima (COMITÊ TÉCNICO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MARCAS PRÓPRIAS E TERCEIRIZAÇÃO, 2011).

Em suma, a intenção era introduzir a ideia do desenvolvimento sustentável, um modelo de crescimento econômico menos consumista e mais adequado ao equilíbrio ecológico. Porém, evidencia-se que, apesar da Rio-92 ter sido um evento de grande porte, com forte presença na mídia na época de sua realização, e tenha mostrado avanços significativos nos princípios, ainda há muitos desafios para ações efetivas.

2.2.1 O Contexto histórico brasileiro da sustentabilidade

No Brasil e na América Latina, a década de 1970 do século passado é marcada pela luta pela democracia em um contexto de governos autoritários. Segundo Carvalho (2006, p. 49), ainda que as primeiras lutas ecológicas no Brasil datem dos anos 1970, é principalmente nos anos 1980, no contexto do processo de redemocratização e abertura política, que entram em cena os novos movimentos sociais, entre eles o ecologismo, com as características contestatórias e libertárias da contracultura.

Assim, para se falar em sustentabilidade precisa-se voltar aos movimentos ecológicos, como afirma Isabel Cristina de Moura Carvalho:

Os anos 70 destacam-se como a década em que começa a configurar-se um conjunto de ações, entidades e movimentos que se nomeiam ecológicos ou ambientais e, no plano governamental, uma estrutura institucional voltada para a regulação, legislação e controle das questões de meio ambiente. Essa década, que também contou com a expansão dos meios de comunicação de massa e com a constituição de uma classe média urbana e de segmentos formadores de opinião, vai criar as condições para a expansão e a consolidação das entidades ambientalistas no decênio seguinte (CARVALHO, 2006, p. 49).

Em 1981, através da Lei nº 6.938, é criada a Política Nacional de Meio Ambiente com o objetivo de estabelecer os princípios gerais que nortearão a interação entre os distintos atores envolvidos na condução da agenda ambiental nacional.

A Educação Ambiental (EA) é parte do movimento ecológico. Surge da preocupação da sociedade com o futuro da vida e com a qualidade da existência das presentes e futuras gerações. Foi institucionalizada através da Lei No 9.795, de 27 de abril de 1999. Nesse sentido, conforme citado por Carvalho:

EA é herdeira direta do debate ecológico e está entre as alternativas que visam construir novas maneiras de os grupos sociais se relacionarem com o meio ambiente. A formulação da problemática ambiental foi consolidada primeiramente pelos movimentos ecológicos. Estes foram os principais responsáveis pela compreensão da crise como uma questão de interesse público, isto é, que afeta a todos e da qual depende o futuro das sociedades (CARVALHO, 2006, p. 51).

Ainda segundo a autora, uma retrospectiva histórica mostra-nos quanto tem sido difícil estabelecer um pacto de convivência pacífica entre os seres humanos, o ambiente e os interesses dos diferentes grupos sociais sobre o direito e o acesso aos bens e recursos ambientais e sobre suas formas de uso.

Uma série de legislações ambientais foi criada na década de 1980, onde, até nossa Carta Magna de 1988 incorporou questões relacionadas ao meio ambiente, preconizando que o Estado e a coletividade têm a responsabilidade de defender e preservar o equilíbrio ecossistêmico.

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

[...]

VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;

VII - preservar as florestas, a fauna e a flora;

[...]

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

[...]

VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;

VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;

[...]

Art. 129. São funções institucionais do Ministério Público:

[...]

III - promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;

[...]

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

[...]

VI - defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação; (BRASIL, 1988).

Em razão desse marco regulatório e das pressões internas e externas que o Brasil tem sofrido para controlar os gastos públicos através de uma boa gestão que permita a redução de desperdícios para que o Estado possa melhor atender a população, podemos observar o quanto tem crescido a importância dada à sustentabilidade dentro das organizações, sejam elas públicas ou privadas, pois trouxe não só um diferencial competitivo como vantagens na redução dos custos organizacionais.

2.3 Crescimento, Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Sustentável

O mais comum é tratar desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico. Porém, para Veiga (2010), ninguém duvida de que o crescimento é um fator muito importante para o desenvolvimento. Mas não se deve esquecer que no crescimento a mudança é

quantitativa, enquanto no desenvolvimento a mudança é qualitativa, com a redução do uso de matérias-primas e produtos e o aumento da reutilização e da reciclagem. E são as pessoas os atores principais nesse processo, como pode ser observado na citação feita por José Eli da Veiga:

[...] O desenvolvimento tem a ver, primeiro e acima de tudo, com a possibilidade de as pessoas viverem o tipo de vida que escolheram, e com a provisão dos instrumentos e das oportunidades para fazerem as suas escolhas. [...] essa é uma ideia tão política quanto econômica. Vai desde a proteção dos direitos humanos até o aprofundamento da democracia (VEIGA, 2010, p. 81).

Refletir sobre o Desenvolvimento Sustentável é sempre um grande desafio. Para Moraes (2009), o desenvolvimento sustentável é aquele que uma geração deve deixar para a geração seguinte, um estoque de capital social (recursos naturais e artificiais) de valor pelo menos igual ao que foi herdado. Ainda segundo o mesmo autor, desenvolvimento sustentável é baseado na combinação dos sistemas de relações econômicas, políticas e biológicas que se organizam num todo.

Porém, o que se percebe fazendo uma retrospectiva histórica é que tem sido difícil estabelecer um pacto de convivência pacífica entre os seres humanos, o ambiente e os interesses dos diferentes grupos sociais sobre o direito e o acesso aos bens e recursos ambientais e sobre suas formas de uso.

A tradição da teoria econômica neoclássica recomenda o crescimento econômico como o único meio de melhorar o bem-estar das pessoas, além de propagar ser uma via possível para se combater a pobreza e a miséria. Em síntese, pela economia tradicional basta fazer a atividade econômica produtiva se expandir que as oportunidades de melhoria logo estarão ao alcance de todos.

Na busca desse crescimento “milagroso” ignora-se, muitas vezes, que tanto na extração, como no descarte de dejetos, ocorrerão danos ambientais advindos da agressão patrocinada pela atividade humana sobre os principais serviços ecossistêmicos, desrespeitando as regras de regeneração e de conservação próprias da natureza.

Como afirma Giansanti (1998, p.13), “o desenvolvimento sustentável é a garantia de progresso material e bem-estar social resguardando os recursos e o patrimônio natural dos diferentes povos e países”.

Por sinal, o grande equívoco das economias modernas é justamente não saber respeitar os limites da capacidade de sustentação da Terra, menosprezando ao menos dois fatos: que os recursos ecológicos necessários para sustentar tal política de crescimento são de ordem finita;

e que o sistema econômico não passa de um subsistema de algo maior, a biosfera (Oliveira, 2013).

Somos dependentes da natureza; visto que não há atividade econômica e humana sem uso de água, energia, matéria, fotossíntese ou uso de solos. Portanto, se faz necessário desenvolver aspectos que permitam enxergar que o crescimento econômico deve ser visto tecnicamente apenas em termos quantitativos, enquanto que o desenvolvimento econômico poderá estar associado ao atingimento do verdadeiro bem-estar.

Para Marcus Eduardo de Oliveira,

Aceitar a premissa de que o fundamental é o desenvolvimento (e não o crescimento) é colocar a atividade econômica ao lado dos excluídos da economia, cujas cifras em escala mundial são escandalosamente acintosas: 1 bilhão de estômagos vazios; 1,5 bilhão de pessoas sem acesso à água potável; 19 crianças com menos de 5 anos de idade morrendo a cada cinco minutos vítima de pneumonia; 500 mil mães que morrem a cada ano na hora do parto devido a assistência médica insuficiente; 5 milhões de crianças que todos os anos não conseguem completar cinco anos de vida (OLIVEIRA, 2013).

Nesse sentido, é importante reforçar a ideia que a economia tem todas as condições de executar um programa de recuperação social, desde que se rompa abruptamente com a prática dominante que insiste em medir a realidade social por números e valores monetários, como se a nossa vida se resumisse a mera questão quantitativa.

Urge mudar o eixo da economia tradicional reafirmando políticas que coloquem as pessoas em primeiro lugar; afinal, o objetivo da atividade econômica é um só: dar resposta positiva à vida de todos nós. Isso só será possível quando houver conciliação da economia com os princípios da ecologia, colocando as pessoas para pensarem a organização socioeconômica em termos de seus fundamentos biofísicos, regendo as regras da vida social pautadas na sustentabilidade e no desenvolvimento, e não no crescimento.

Conforme Roberto Giansanti:

No Brasil, durante o período do chamado “milagre econômico” (início dos anos 70), era comum os porta-vozes do governo militar afirmarem que era preciso primeiro “fazer o bolo crescer” (o bolo do crescimento econômico) para depois dividi-lo. Contudo, a “divisão do bolo” não ocorreu. O que houve foi um período pronunciado de crescimento econômico, em fase favorável para obter créditos externos. Somente o crescimento dos índices econômicos (exportações, produção industrial, etc.) não foi suficiente para promover benefícios sociais a todos, nem conduziu a uma “sociedade mais harmoniosa, equitativa e, portanto, mais sustentável”. Durante muito tempo, no país, esse crescimento foi confundido (muitas vezes propositadamente) com desenvolvimento econômico-social idealizado e como que imune a pressões externas e problemas internos (GIANSANTI, 1998, p. 12).

Deste modo, percebe-se que o grande desafio das nações nos dias atuais tem sido promover o desenvolvimento econômico e social, de forma sustentável para os seus povos. Mas para que isso aconteça, toda a sociedade, como governo, empresas, universidades, instituições de fomento e consumidores devem implementar ações proativas para adoção de práticas de gestão ambiental, de modo que assegure a sustentabilidade do mundo dos negócios e o crescimento econômico, além do reconhecimento de que os recursos naturais são finitos.

2.4 Sustentabilidade sob a Ótica da Instrução Normativa nº 10

Os modelos de negócio no início deste novo milênio permanecem baseados no paradigma capitalista de produção, em que é permitido extrair do meio ambiente os insumos necessários para a produção e, após o processo, retorná-los para a natureza na forma de rejeitos e poluentes. Isso tem gerado desequilíbrios sociais e ambientais, o que tem conduzido à humanidade para um cenário de desastre. Talvez por isso, sustentabilidade seja um conceito que se encontra no centro dos debates sobre o crescimento econômico, inclusão social e meio ambiente.

A Gestão Ambiental e Sustentável tomou conta da agenda política numa dimensão internacional, nacional, regional e local, com vistas a um redimensionamento na relação do homem com o meio ambiente, ou seja, no seu modo de vida no planeta Terra. Trata-se de uma temática em discussão constante, haja vista os impactos gerados na natureza, pelo desenvolvimento industrial e econômico, e a crise do mundo atual. Assim, o problema constitui-se uma preocupação de autoridades, organizações empresariais e ambientais, pela complexidade de suas várias facetas, que determinam a sobrevivência do ser humano na sociedade.

A legislação brasileira, em seu artigo 225, garante o direito do cidadão ao meio ambiente sadio. O meio ambiente é público de uso comum.

Todos têm o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 1988).

Porém, para que possamos pensar em sustentabilidade teremos de pensar o meio ambiente de modo integrado. O problema da escassez de matéria-prima para produção de bens de consumo; de energia necessária para o bom funcionamento de nossas residências e das indústrias, hospitais, órgãos públicos, etc.; de água potável para a manutenção da atividade agrícola-pastoril, bem como para atendimento das necessidades básicas de alimentação e higiene, colocam em evidência o fato de que nos aproximamos da capacidade de carga ecossistêmica, na medida estressamos o sistema, colocando em situação de alta entropia (BRAGA et al., 2005).

Segundo a autora Maria das Graças e Silva,

O elemento comum às diversas vertentes interpretativas é o conhecimento de que a ação humana vem produzindo uma crescente depredação da natureza, de consequências significativas para o futuro da humanidade. Este fenômeno, aqui tratado como “questão ambiental”, refere-se a um conjunto de deficiências na produção do sistema, o qual se origina na indisponibilidade ou escassez de elementos do processo produtivo advindos da natureza, tais como matérias-primas e energia e seus desdobramentos ideopolíticos. Em outras palavras, trata-se da incapacidade do planeta de prover indefinidamente, os recursos necessários para a reprodução da vida em condições históricas e sociais balizadas pelo alto nível de produção e consumo (SILVA, 2010, p. 67).

Mas afinal, o que é sustentabilidade? Usa-se a palavra sustentabilidade para qualquer coisa. Fala-se muito em desenvolvimento sustentável, crescimento sustentável, sustentabilidade econômica, negócios sustentáveis, sustentabilidade ecológica, marketing sustentável, e, assim por diante.

A verdade, no entanto, é que poucos compreendem o que seja “sustentabilidade”. Muitas pessoas a associam à preservação do meio ambiente. Porém, apesar de ser uma associação correta, é incompleta. Sustentabilidade é muito mais do que cuidar do Planeta para que seus recursos sejam utilizados de forma responsável.

Em 1987, um relatório com o nome "Nosso Futuro Comum", é publicado, e nele surge a definição de sustentabilidade como: “o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades” (GONÇALVES, 2008).

2.4.1 *Sustentabilidade x Água*

Falar de sustentabilidade do meio ambiente, sem se preocupar com o uso da água de forma correta é desprezar toda uma normativa e indicadores para o caminho o qual estamos trilhando e aonde vamos chegar.

Ao longo dos últimos séculos, nosso ambiente vem sofrendo agressões cada vez mais impactantes. Nossas encostas e matas são devastadas. Rios, lagos e nascentes são poluídos por esgoto, lixo, dejetos industriais e agrotóxicos. Nossa fauna e nossa flora estão ameaçadas por uma intensa degradação (CASARIN; SANTOS, 2011).

O ser humano está envolvido de forma crescente com novas tecnologias e a vida urbana. Isso o distancia do contato e da relação original que ele mantinha com a terra; os valores relacionados à natureza não têm mais pontos de referência na sociedade. O relacionamento da humanidade com a natureza, que teve início com um mínimo de interferência nos ecossistemas, atingiu um ponto em que os recursos naturais são explorados e pressionados como nunca.

Essa exploração excessiva não afeta apenas a própria natureza, mas também as relações humanas. Com menos recursos como água e terra disponíveis, os homens competem entre si e, em geral, os mais ricos e poderosos vencem a competição, enquanto os mais pobres passam fome e sofrem com a impossibilidade de satisfazerem suas necessidades básicas.

A água e os sais minerais que ela contém são básicos para uma nutrição equilibrada. Conforme afirmam as autoras (CASARIN; SANTOS, 2011), “um ser humano pode sobreviver até cinco semanas sem comer, mas sem água ele não passa de uma semana”. Deste modo, a água é fundamental para a existência humana.

Seja para a alimentação, seja para a higiene, todas as civilizações precisaram desenvolver seus métodos para lidar com os recursos hídricos. Hoje, as técnicas de coleta de água e tratamento de dejetos – como o esgoto doméstico e industrial – são mais avançadas, mas o problema do tratamento desses resíduos permanece (CASARIN; SANTOS, 2011, p. 20).

Recolher a água das chuvas e dos rios era simples para os povos antigos. Quando eram nômades, podiam também deixar acumular seus restos de lixo e esgoto, já que estavam sempre se mudando. Naquela época, a quantidade de detritos era muito pequena para causar problemas ambientais. Além disso, eram culturas mais simples, que utilizavam apenas o

essencial para a alimentação. Eles não tinham preocupações com lucros e crescimento econômico.

Com o início da agricultura, começou a ocorrer desmatamento e outros processos de modificação do solo e da água. Aos poucos, o acúmulo de lixo e esgoto provocou a poluição química e a proliferação de animais como ratos e insetos. O movimento humano já começava aí a causar desequilíbrios ecológicos.

Desta forma, a população mundial foi crescendo, tornando necessárias quantidades cada vez maiores de água.

O sistema adotado na Era Moderna passou a priorizar o lucro a qualquer custo, gerando um crescimento que na verdade é insustentável. O resultado ambiental e social desse processo é o que vemos hoje: um mundo desigual, onde grande parte da população sobrevive em condições miseráveis. No século XX, a população mundial triplicou, e com ela aumentaram as fábricas, a irrigação das lavouras, o desperdício etc. Hoje o consumo de água é seis vezes maior que no século passado. [...] muitas fontes são poluídas por esgotos de casas e fábricas e pelo escoamento de venenos químicos das plantações. O desmatamento também seca fontes e provoca o assoreamento de rios, lagos e córregos, que ficam degradados e poluídos (CASARIN; SANTOS, 2011, p. 22).

Assim, a falta de acesso à água pode causar inúmeros problemas sociais em diversos níveis. Além da fome, que é grave, ela pode causar doenças, disputas políticas e até mesmo guerras.

Importante destacar que, a distribuição de água no planeta Terra é irregular devido aos fatores climáticos, geográficos e meteorológicos. Isso faz com que a disponibilidade de água seja aleatória e sazonal.

Quando se fala em água estamos falando da própria vida, e na região geográfica que estamos situados a problemática é mais acentuada. [...] a região Nordeste apresenta limitações dos recursos hídricos com apenas 3,3% do total brasileiro e uma população de 29% provocando um cenário de escassez de água, muitas vezes, em condições extremas (ROSA; FRACETO; CARLOS, 2012, p. 107).

Neste contexto de esgotamento dos recursos naturais surge a necessidade de despertar uma nova consciência de corresponsabilidade entre a sociedade e os governos municipal, estadual e federal.

Deste modo, o Brasil implantou sua Política Nacional de Recursos Hídricos, hoje presente também na maioria dos estados. Conforme preceitua o artigo 1º da lei 9.433, de 8 de janeiro de 1997, seus fundamentos e princípios são:

- A caracterização da água como um bem público;

- A visão da água como um bem finito, levando à necessidade de seu uso racional para atender as futuras gerações;
- A valorização da água como forma de racionalizar seu uso;
- A gestão descentralizada e participativa – poder público, usuários de água e sociedade civil organizada juntos nas tomadas de decisão;
- A definição da bacia hidrográfica como unidade de planejamento e gerenciamento.

Dessa forma, torna-se primordial envolver toda a sociedade no processo de gestão das águas, preparar o cidadão para os desafios da gestão ambiental nos moldes da sustentabilidade e ainda estabelecer laços de solidariedade entre as pessoas e a natureza.

2.4.2 *Sustentabilidade x Energia*

Energia é um recurso fundamental para o desenvolvimento de qualquer economia e civilização. Hoje ela é vista como estratégica no cenário de poder mundial e regional.

Segundo os autores (ROSA; FRACETO; CARLOS, 2012, p. 127), estima-se que a demanda energética mundial triplique nos próximos 30 anos. Dessa forma, o consumo energético mundial terá crescido seis vezes em 80 anos.

Os tipos de fontes de energia:

- Renováveis: que são abundantes (como o sol e os ventos), podem ser plantadas (biomassa) ou não descaracterizadas durante o uso (como a água em uma hidrelétrica).
- Não renováveis: recursos minerais, mais ou menos, escassos dependendo do tipo (petróleo, carvão, urânio, etc.) e da região.

A demanda energética atual apresenta uma forte tendência ao uso de fontes renováveis, ao contrário do ciclo energético anterior, que foi baseado essencialmente no petróleo. Tal combustível se mostrou, ao longo dos anos, bastantes suscetível a crises, com subidas de preços na maior parte das vezes artificiais.

Sabemos que a energia elétrica fornecida através da hidreletricidade, embora seja considerada uma fonte limpa de obtenção de energia, a partir de recursos naturais, apresenta alguns problemas, principalmente por causa da estiagem, como ocorreu no Brasil em

2001\2002, quando se fez necessário racionar energia após um período de chuvas fracas. Desta forma, é importante a busca diversificação da matriz energética nacional através de alternativas de produção de energia, tais como: energia solar, energia eólica, energia dos oceanos, etc.

A energia solar, embora o sol seja a fonte primária de energia no planeta, ainda é pouco explorada. A energia eólica, quando comparada a outras fontes de obtenção de eletricidade, apresenta impactos ambientais mínimos, e, assim como a solar, não há consumo de combustíveis. A energia dos oceanos sempre foi um sonho para o homem, dada à imensa quantidade de água em movimento que existe. Já a energia nuclear é a forma mais polêmica de geração de energia da atualidade pelos resíduos gerados e pela possibilidade de acidentes.

2.4.3 Sustentabilidade x Resíduos Sólidos

As descobertas dos inúmeros danos ambientais resultantes das práticas inadequadas das disposições dos resíduos têm aumentado o conhecimento e a preocupação da população sobre esta questão. Nos últimos anos, esta preocupação tem sido manifestada e concretizada, através da promulgação de uma série de legislações federais, estaduais e municipais, como a lei 12.305, de 02 de agosto de 2010, a qual institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, dispondo sobre seus princípios, objetivos e instrumentos, bem como sobre as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, incluídos os perigosos, às responsabilidades dos geradores e do poder público e aos instrumentos econômicos aplicáveis.

A busca por alternativas que minimizem os impactos negativos da atividade produtiva tem motivado o setor industrial em investir em soluções, que também se refletem em economia e melhoria da competitividade. A adoção de estratégias de prevenção apresenta-se como a alternativa mais adequada, porém importantes padrões, modelos de comportamento, crenças e práticas institucionalizadas devem ser modificados, assim como muitos paradigmas consolidados nas organizações devem ser substituídos. É necessário perceber que a empresa não está fora do meio ambiente, ao contrário, ela faz parte deste ambiente e é, segundo dados oficiais, como o citado a seguir, responsável por parte significativa da degradação ambiental.

O gerenciamento dos resíduos sólidos gerados pelas indústrias é hoje um dos principais problemas vivenciados pelas empresas na área de meio ambiente. É importante ressaltar que a responsabilidade pelo gerenciamento dos resíduos, é do próprio gerador, ou seja, da própria indústria (CONAMA 05\1993).

Para que um resíduo tenha destino adequado, é necessário que ele seja classificado de acordo com as normas técnicas brasileiras.

Segundo a Norma Brasileira NBR 10004 (2004), resíduos sólidos são os:

Resíduos que se encontram nos estados sólido e semissólido ou semilíquido (com conteúdo líquido insuficiente para que esse possa fluir livremente) e que resultam das atividades: industrial, doméstica, hospitalar, comercial, agrícola, serviços gerais e varrição. Ficam incluídos nesta definição os lodos provenientes de sistemas de tratamento de água, aqueles gerados em equipamentos e instalações de controle de poluição, bem como determinados líquidos cujas particularidades tornem inviável seu lançamento na rede de esgoto ou corpos de água, ou exijam para isto soluções técnicas e economicamente inviáveis em face à melhor tecnologia disponível (NBR 10004, 2004).

Os resíduos classificados como perigosos devem receber tratamentos específicos com o objetivo de descontaminação ou desintoxicação para a viabilização de sua reciclagem e quando a reciclagem não puder ser feita, o mesmo deve receber tratamento com a finalidade de uma disposição final segura do ponto de vista ambiental.

Assim, as metas em relação aos resíduos sólidos são reduzir ao mínimo sua geração, aumentar ao máximo a reutilização e a reciclagem do que foi gerado, promover o depósito e o tratamento ambientalmente saudáveis do lixo e universalizar a prestação dos serviços, estendendo-os a toda população.

2.5 Sociedade Sustentável

Há algumas décadas relatórios são publicados por especialistas com dados que informam a situação de crise estrutural que vivenciamos e a impossibilidade de continuar mantendo os padrões de consumo e vida como atualmente, haja vista que os recursos naturais são limitados e com o passar dos anos, poderão tornar-se ainda mais escassos se não passarmos a viver de forma mais consciente e sustentável. Para poder alinhar a vida aos princípios da sustentabilidade, é preciso conhecer bem o conceito e a forma de transformar os hábitos em ações sustentáveis (BARROS, 2011).

Segundo Boff (2006), uma sociedade só pode ser considerada sustentável quando ela mesma, por seu trabalho e produção, conseguir manter-se sozinha e tiver superado seus níveis de pobreza, bem como se a seguridade social for garantida para aqueles que são demasiadamente jovens, idosos ou doentes e que não podem ingressar no mercado de trabalho. E ainda, a igualdade social e política forem buscadas continuamente e, por fim, a desigualdade econômica for reduzida a níveis aceitáveis de modo que seus cidadãos sejam socialmente participativos.

2.6 Sustentabilidade Empresarial Através da Inovação

A intensa revolução científica e tecnológica dos últimos cinquenta anos tem proporcionado à humanidade o desenvolvimento virtuoso de várias áreas do conhecimento humano, dentre elas: a inovação. Sustentabilidade empresarial e inovação andam lado a lado, pois inovar é criar, mudar, renovar e isso tem muita relação com a efetividade de ações empresariais sustentáveis.

Porém, frequentemente, a visão sobre o conceito de inovação tem sido reduzida e atrelada, apenas, ao desenvolvimento e oferecimento de produtos e serviços. A inovação pode estar presente em toda a estratégia empresarial e, portanto, não deve ser caracterizada e limitada desta forma.

Almeida (2002, p.82) nos coloca que:

[...] Cabe às empresas, de qualquer porte, mobilizar sua capacidade de empreender e de criar para descobrir novas formas de produzir bens e serviços que gerem mais qualidade de vida para mais gente, com menos quantidade de recursos naturais. [...] A inovação, no caso, não é apenas tecnológica, mas também econômica, social, institucional e política [...].

Esta nova proposta de gestão voltada ao paradigma da sustentabilidade empresarial representa inúmeras oportunidades de inovação e de novos negócios. Para tornar tal contexto proveitoso, as empresas podem enxergar estas oportunidades de duas maneiras: a de inovar aproveitando o próprio negócio da empresa e a outra a de inovar ocupando novos mercados, ou seja, desenvolvendo novos negócios. Essa não é uma tarefa fácil, mas é uma grande chance para sair a frente da concorrência e, portanto, garantir o crescimento dos negócios.

2.7 A Sustentabilidade das Organizações Públicas

O Governo ou Primeiro Setor é representado pela Administração Pública, ou seja, por entes com personalidade jurídica de direito público, encarregado de funções públicas essenciais e indelegáveis ao particular, tais como: legislar; fiscalizar; aplicar justiça; dar segurança geral, etc.

Para Valladares e Filho (1990):

O meio ambiente representa um elemento de destaque nos processos decisórios do setor público, uma vez que envolve cada processo de desenvolvimento de comunidades, regiões e países. Ele inclui o relacionamento e as interdependências existentes entre pessoas e recursos naturais.

Sabemos que o setor público é um grande consumidor de recursos naturais, uma vez que para produzir serviços para sociedade ele acaba causando grandes danos ao meio ambiente, surgindo, dessa forma, a necessidade dos entes públicos darem sua contribuição para que o meio ambiente seja preservado.

Valladares e Filho (1990) destacam a escassez de recursos como um ponto crucial a ser observado para propor novas formas gerenciais, organizacionais e tecnológicas, visando a um melhor aproveitamento do potencial disponível em cada contexto específico. Já que, a boa gestão do gasto Público permite a redução de desperdícios, o que possibilita o aumento dos recursos disponíveis para o Estado atender melhor a população.

Deste modo, como o Poder Público exerce forte influência na atividade econômica do país, principalmente por meio das compras necessárias para o bom desenvolvimento de suas atividades, a administração Pública tem papel preponderante na criação e adequação de novos padrões de consumo e produção, na condição de importante consumidora e usuária de recursos naturais (Jesus, 2013).

2.7.1 *Agenda Ambiental na Administração Pública (A3p)*

A Agenda Ambiental da Administração Pública – A3P é um programa, coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente, com a finalidade de promover a responsabilidade socioambiental e a adoção de procedimentos, referenciais de sustentabilidade e critérios

socioambientais nas atividades do setor público, com adoção de tecnologias ecoeficientes e mais limpas, que poupem matéria-prima, energia e recicle seus resíduos (BRASIL, 2009).

A inserção de critérios ambiental vai desde a revisão de investimentos, compra e contratação de serviços pelo governo, até a gestão adequada de todos os resíduos gerados nas suas atividades, passando pela melhoria da qualidade de vida no ambiente de trabalho.

Segundo o Ministério do Meio Ambiente (2009), os principais objetivos da A3P são:

- Promover a reflexão sobre os problemas ambientais em todas as esferas da administração pública;
- Estimular a adoção de atitudes e procedimentos que levem ao uso racional dos recursos naturais e dos bens públicos;
- Estimular e promover mudanças de hábitos dos servidores públicos;
- Reacender a ética e a auto-estima dos servidores públicos.

2.7.2 *Instrução Normativa Nº 10, de 12 de novembro de 2012*

A Instrução Normativa nº 10, de 12 de novembro de 2012, publicada pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a qual tem como objetivo instituir as regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável - PLS, na Administração Pública Federal direta, autárquica, fundacional e nas empresas estatais dependentes.

Segundo o artigo terceiro da IN, “os PLS são ferramentas de planejamento com objetivos e responsabilidades definidas, ações, metas, prazos de execução e mecanismos de monitoramento e avaliação, que permite ao órgão ou entidade estabelecer práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos e processos na Administração Pública” (BRASIL, 2012).

O artigo oitavo da referida Instrução Normativa (IN) preceitua que:

As práticas de sustentabilidade e racionalização do uso de materiais e serviços deverão abranger, no mínimo, os seguintes temas:

- I – material de consumo compreendendo, pelo menos, papel para impressão, copos descartáveis e cartuchos para impressão;
- II – energia elétrica;
- III – água e esgoto;
- IV – coleta seletiva;

- V – qualidade de vida no ambiente de trabalho;
- VI – compras e contratações sustentáveis, compreendendo, pelo menos, obras, equipamentos, serviços de vigilância, de limpeza, de telefonia, de processamento de dados, de apoio administrativo e de manutenção predial; e
- VII – deslocamento de pessoal, considerando todos os meios de transporte, com foco na redução de gastos e de emissões de substâncias poluentes (BRASIL, 2012).

Em 29 de junho de 2011, o Plenário do Tribunal de Contas da União publicou o Acórdão de número 1.752, cujos itens 9.8 e 9.9, recomendavam ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que:

- 9.8. [...] incentive os órgãos e instituições públicas federais a adotarem um modelo de gestão organizacional estruturado na implementação de ações voltadas ao uso racional de recursos naturais, a exemplo das orientações fornecidas pelos Programas A3P, PEG e Procel EPP;
- 9.9 [...] incentive os órgãos e instituições públicas federais a implantarem programas institucionais voltados ao uso racional de recursos naturais, inclusive prevendo designação formal de responsáveis e a realização de campanhas de conscientização dos usuários;

Impulsionado também por este Acórdão, em 06/06/2012 foi lançado, através da Portaria Interministerial nº 244, o Projeto Esplanada Sustentável (PES), como projeto piloto, que prevê a adesão voluntária e está circunscrito, inicialmente, aos prédios do entorno da Esplanada. Esse projeto é uma iniciativa conjunta de quatro Ministérios: Planejamento; Meio Ambiente; Minas e Energia; e Desenvolvimento Social e Combate à Fome, busca incentivar órgãos e instituições públicas federais a adotarem um modelo de gestão organizacional e de processos estruturado na implementação de ações voltadas ao uso racional de recursos naturais, promovendo a sustentabilidade ambiental e socioeconômica na Administração Pública Federal.

Na 2ª Sessão do artigo primeiro, da referida Portaria Ministerial são elencados os seguintes objetivos institucionais para implementação do PES:

- I – promover a sustentabilidade ambiental, econômica e social na Administração Pública Federal;
- II – melhorar a qualidade do gasto público pela eliminação do desperdício e pela melhoria contínua da gestão dos processos;
- III – Incentivar a implementação de ações de eficiência energética nas edificações públicas;
- IV – estimular ações para o consumo racional dos recursos naturais e bens públicos;
- V – garantir a gestão integrada de resíduos pós-consumo, inclusive a destinação ambientalmente correta;
- VI – melhorar a qualidade de vida no ambiente do trabalho; e
- VII – reconhecer e premiar as melhores práticas de eficiência na utilização dos recursos públicos, nas dimensões de economicidade e socioambientais.

Com base nos textos do Acórdão e do PES, é possível pensar que a IN nº 10 de 12 de novembro de 2012 surge, também, como resposta às pressões sofridas no âmbito federal.

2.8 A Sustentabilidade e a Recomendação nº 11/2007 do Conselho Nacional de Justiça

A visão de uma Justiça lenta e ineficiente é algo que vem sendo combatido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), órgão criado pela Emenda Constitucional nº 45/2004, popularmente conhecida por “Reforma do Judiciário”. Cabe ao CNJ a difusão de técnicas administrativas e ferramentas estatísticas que permitam um acompanhamento da situação de todos os órgãos que compõem o Poder Judiciário brasileiro. Portanto, através de encontros, resoluções, recomendações, metas a serem alcançadas e outras formas de comunicação, o CNJ busca primeiramente uma padronização das formas de atuação. A atuação da gestão ambiental nos órgãos judiciais também é uma das preocupações do Conselho Nacional de Justiça, conforme a Recomendação nº. 11/2007. Esta recomenda a adoção de políticas públicas voltadas para a conscientização dos servidores e jurisdicionados sobre a necessidade de efetiva proteção ao meio ambiente, além da criação de comissões ambientais para o planejamento, elaboração e acompanhamentos das medidas implementadas. Criou-se, também, o CNJ Ambiental para promover a realização de eventos, palestras, fóruns, seminários e congressos relacionados ao tema (CNJ, 2007).

O Poder Judiciário é responsável pela resolução dos embates sociais através da função jurisdicional que consiste na “aplicação da lei de forma coativa, substituindo as vontades das partes, compondo os conflitos ou resistências ao cumprimento das leis” (ROSA, 2009, p. 14). Isto considerado infere-se que o referido Poder necessita da adoção de técnicas de gestão para atender a sua finalidade de uma maneira eficiente, eficaz e, por conseguinte, efetiva.

Com uma interpretação mais ampla dos conceitos difundidos de gestão ambiental nas organizações podemos ver paralelos a serem implantados na gestão pública, tendo em vista a característica organizacional de um Tribunal de Justiça, princípios como a integração de todas as atividades sobre as diretrizes ambientais, o comprometimento da alta administração e a educação ambiental.

A adoção de ferramentas gerenciais modernas para o setor público é algo recente no contexto nacional. O principal marco legal para a implantação de iniciativas nesse sentido consiste no Decreto-Lei nº. 5.378, de 23 de fevereiro de 2005 que institui o Programa Nacional

de Gestão Pública e Desburocratização, mais conhecido como GESPÚBLICA (BRASIL, 2005).

O GESPÚBLICA trata-se de uma política formulada partindo da premissa de que a gestão de órgãos e entidades públicos pode e deve ser excelente, sendo comparada com padrões internacionais de qualidade em gestão, sem deixar de ser pública. A qualidade da gestão pública tem que ser orientada para o cidadão, e desenvolver-se dentro do espaço constitucional demarcado pelos princípios da Administração Pública: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (BRASIL, 1988).

Os Tribunais de Justiça cumprem o seu papel público de mover ações com foco ambiental, quando, por exemplo, fazem a administração do lixo, realizando a deposição correta do mesmo, com uma visão pró-ativa ambientalmente; incentivando a reciclagem; instituindo a separação seletiva do mesmo; e promovendo a conscientização de todos os seus funcionários da necessidade de se engajar na causa (CNJ, 2009).

Assim, o Judiciário não pode deixar de cumprir a legislação vigente, a exemplo da lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, dispondo sobre seus princípios, objetivos e instrumentos, bem como sobre as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, incluídos os perigosos, às responsabilidades dos geradores e do poder público e aos instrumentos econômicos aplicáveis. Desta forma, observamos que a preocupação ambiental por parte do Judiciário vai tornando-se cada vez mais compulsória.

A Recomendação nº 11/2007 apresenta as seguintes políticas públicas que podem ser adotadas pelos Tribunais do país buscando um acompanhamento das medidas que visam à correta preservação e recuperação do meio ambiente.

Os seguintes exemplos são apontados pela referida norma (CNJ, 2007):

- a) utilização de papel reciclado e não clorado nos impressos do Poder Judiciário, sejam de natureza administrativa ou processual;
- b) instituição da coleta seletiva de resíduos, destinando recipientes individuais para plástico, papel, metal e vidro, e a ulterior doação do material coletado a entidades assistenciais que se responsabilizem pela correta utilização do material para a devida reciclagem;
- c) aquisição de impressoras que imprimam, automaticamente, em frente e verso;
- d) aquisição de bens e materiais de consumo que levem em consideração o tripé básico da sustentabilidade: ambientalmente correto, socialmente justo e economicamente viável;
- e) utilização sustentável da energia e dos combustíveis; e
- f) utilização de edifícios com observância da proteção ao meio ambiente (CNJ, 2007).

A norma está em vigor e serve de base para a Linha de Ação do CNJ Ambiental. Esta consiste em visitas aos Tribunais para propagar a importância do diagnóstico ambiental, analisando as problemáticas encontradas pelos tribunais na implantação de ações voltadas para a adesão aos termos propostos na Recomendação nº 11/2007. Além disso, promove a realização de eventos, palestras, fóruns, seminários e congressos relacionados ao tema.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Considerando que para Gonsalves (2001, p. 26) “metodologia significa o estudo dos caminhos a serem seguidos, incluindo aí os procedimentos escolhidos”. Resolveu-se, inicialmente utilizar um dos modelos propostos por Tachizawa et al. (2004, p. 61) – Estudo de Caso. Para o autor “a monografia representativa de um estudo de caso deve ser desenvolvida a partir da análise de uma determinada organização”, no caso o Fórum Affonso Campos – Campina Grande, PB.

O modelo a ser adotado para a realização do estudo será o proposto por Vergara (2003), que classifica a pesquisa científica, segundo dois aspectos: quanto aos fins e quanto aos meios.

Quanto aos fins: Será utilizada a pesquisa tipo exploratória que se caracteriza pelo desenvolvimento e esclarecimento de ideias, com o objetivo de oferecer uma visão panorâmica, uma primeira aproximação a um determinado fenômeno que é pouco explorado. Este tipo de pesquisa também é denominada “pesquisa de base”, pois oferece dados elementares que dão suporte para a realização de estudos mais aprofundados sobre o tema (GONSALVES, 2001, P. 65). A pesquisa classificou-se, também, como descritiva por “expor características de determinada população ou de determinado fenômeno. [...] não tem compromisso de explicar os fenômenos que descreve, embora sirva de base para tal explicação” (VERGARA, 2003, p. 47).

Quanto aos meios: Será adotada a pesquisa bibliográfica por se tratar de um “estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral” (VERGARA, op. cit., p. 48). Bem como, far-se-á uso da pesquisa documental que, de acordo com Gil (2008), guarda estreitas semelhanças com a pesquisa bibliográfica. A principal diferença entre as duas é a natureza das fontes: na pesquisa bibliográfica os assuntos abordados recebem contribuições de diversos autores; na pesquisa documental, os materiais utilizados geralmente não receberam ainda uma tratamento analítico (por exemplo, documentos conservados em arquivos de órgãos público e privados: cartas pessoais, fotografias, filmes, gravações, diários, memorandos, ofícios, atas de reunião, boletins, etc.). Também será utilizada a pesquisa de campo, considerando que será realizada no local onde ocorreu ou ocorre um fenômeno ou que dispõe de elementos para explicá-los. Pode incluir entrevistas, aplicação de questionários, testes e observação participante ou não.

O instrumento utilizado foi a coleta de dados no período de 01 a 07/12/2013, através da observação sistemática e também por meio de roteiro de entrevista que foi feita com os responsáveis pela Administração do Fórum Affonso Campos.

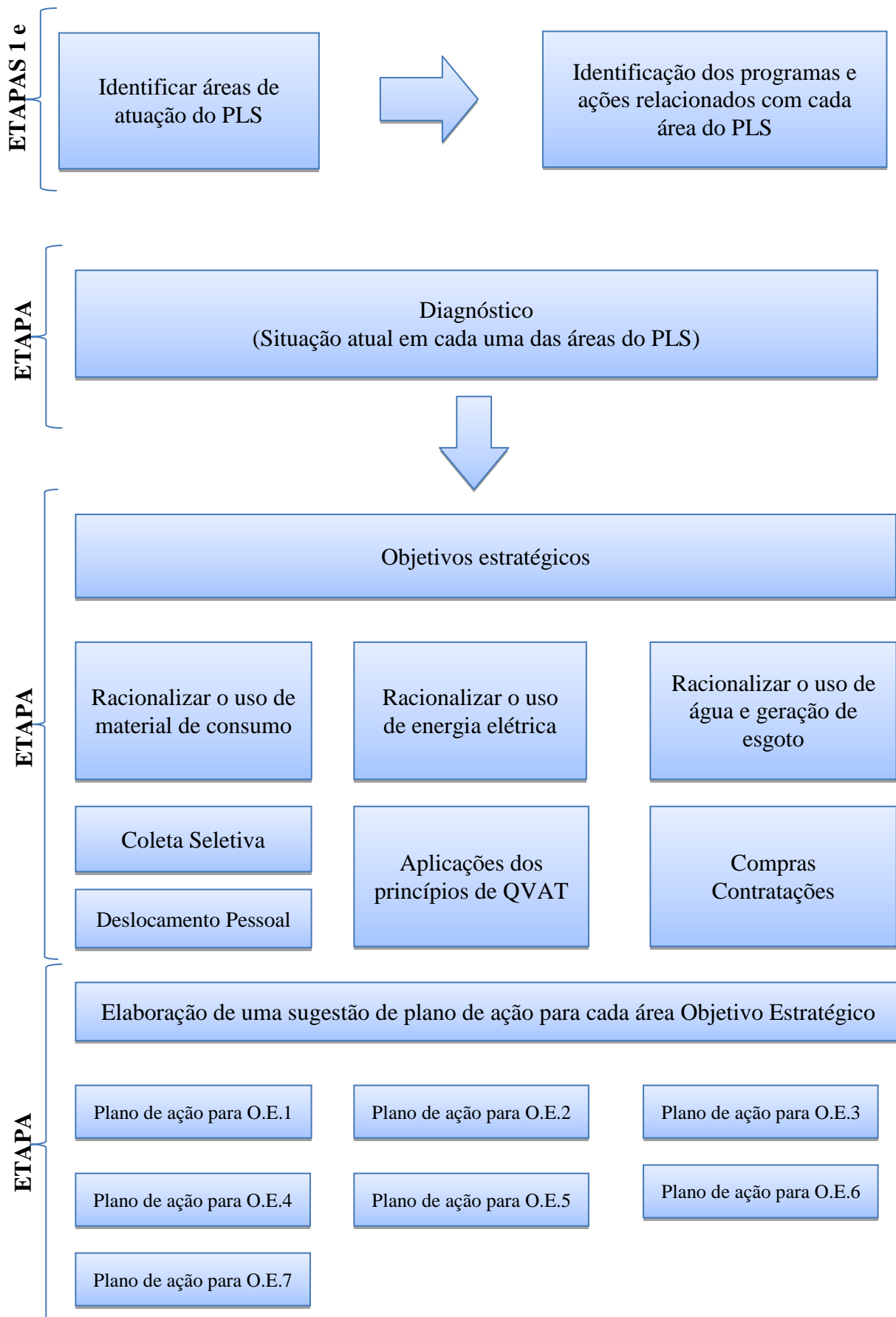
Optou-se pela pesquisa de natureza **qualitativa**, considerando que, com base na descrição dos fenômenos, busca-se “[...]as causas da existência dele, procurando explicar sua origem, suas relações, suas mudanças e se esforça por intuir as consequências que terão para a vida humana.” (TRIVINOS, 1992, P. 192).

Considerando que este trabalho objetiva verificar em que medida as práticas de sustentabilidade adotadas pelo Fórum Affonso Campos atendem aos requisitos da Instrução Normativa nº 10e Recomendação nº 11\2007 do Conselho Nacional de Justiça e propor um Plano de Logística Sustentável para referida instituição baseado nos citados instrumentos com ações que visem à preservação e recuperação do meio ambiente seguimos os seguintes procedimentos metodológicos:

- 1 - Identificação das áreas de atuação abordadas no PLS;
- 2 – Busca, por meio de análise documental e entrevista, de programas e ações desenvolvidas no âmbito do Fórum que estivessem relacionadas com alguma das áreas de atuação do PLS;
- 3 – Diagnóstico da situação atual da instituição com relação a cada uma das 7 áreas listadas no PLS, informando os pontos de aproximação e distanciamento das ações praticadas com o Fórum e a Instrução Normativa;
- 4 - Estabelecimento dos objetivos estratégicos para atender os requisitos do PLS
- 5– Elaboração de uma sugestão de PLS para que o Fórum incorpore ações relacionadas a cada uma das áreas do PLS.

A seguir o Quadro 1 ilustra os passos seguidos na realização deste trabalho:

Quadro 1- Procedimentos metodológicos



4 ANÁLISE DOS DADOS E PROPOSTA DE PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL

Este tópico foi dividido em duas partes, uma primeira composta pela caracterização da organização e uma segunda formada pelo diagnóstico das aproximações e distanciamentos das práticas de sustentabilidade do FAC em relação às normas citadas.

Assim, diante da legislação vigente e das recomendações do CNJ surge à necessidade de elaboração de um Plano de logística Sustentável (PLS), que são ferramentas de planejamento que permitem aos órgãos ou entidades estabelecer práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos e processos na Administração Pública.

Importante destacar que, se acatado pela instituição, o PLS poderia ser de grande valor porque pode dar norte a boas práticas de sustentabilidade, com racionalização de recursos, cumprimento da legislação vigente, contenção de gastos e, o mais importante, contribuindo para um meio ambiente saudável e equilibrado.

Parte I – Caracterização da Organização

O primeiro Fórum de Campina Grande funcionava no prédio do chamado “antigo Forinho”, este era pequeno e já não comportava outras varas. A Vara da Infância e da Juventude funcionava na Rua Vila Nova da Rainha e o Juizado Especial Cível, Juizado Especial Criminal e as Varas de Família funcionavam na Rua Peregrino de Carvalho. Diante disso, vendo a necessidade jurisdicional de fundar novas Varas e concentrar o pólo judiciário na Liberdade foi Inaugurado o Fórum Affonso Campos.

O Fórum Affonso Campos, localizado na segunda maior cidade da Paraíba, Campina Grande – a 120 quilômetros de João Pessoa foi inaugurado no final de 1998, dispõe de uma estrutura que atende aos Jurisdicionados da Comarca (toda a área que o fórum abrange).

Trata-se de um complexo que abriga 32 varas e dois Juizados Mistos (Criminal e Cível), setores administrativos e livraria.

O prédio principal tem quatro andares, além do Tribunal do Júri e do Depósito Judiciário, o 2º Juizado Especial Cível, A Vara de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher e o complexo da Infância e Juventude que funcionam anexos.

Ao lado do Fórum Affonso Campos estão localizados o Tribunal Regional Eleitoral

(TRE), o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) e a Justiça Federal, o que facilita a vida da população e dos profissionais ligados à área, que ganham tempo quando precisam resolver questões ligadas ao Poder Judiciário.

O Fórum Affonso Campos atende a população de Campina Grande-PB, os municípios de Boa vista-PB, Lagoa Seca-PB e Massaranduba-PB e seu volume processual gira em torno de 58.741 (cinquenta e oito mil setecentos e quarenta e um) processos ativos (em tramitação), conforme informação do Setor de Distribuição do FAC.

O Fórum Affonso Campos atua em Ações Cíveis, Penais e de Execuções Penais, de Família, Fazendárias, da Infância e da Juventude, e ações de Pequenas Causas Cíveis e Criminais.

Em geral, os órgãos judiciários brasileiros exercem dois papéis. O primeiro, do ponto de vista histórico, é a função jurisdicional, também chamada jurisdição. Trata-se da obrigação e da prerrogativa de compor os conflitos de interesses em cada caso concreto, através de um processo judicial, com a aplicação de normas gerais e abstratas.

O segundo papel é o controle de constitucionalidade. Tendo em vista que as normas jurídicas só são válidas se conformarem à Constituição Federal, são exercidas pelos juízes que possuem a capacidade e a prerrogativa de julgar, de acordo com as regras constitucionais e leis criadas pelo poder legislativo em determinado país.

Servem na comarca de Campina Grande:

- a) 10 Juízes de Direito de Varas Cíveis;
- b) 03 Juízes de Direito de Varas da Fazenda Pública;
- c) 05 Juízes de Direito de Varas de Família;
- d) 01 Juiz de Direito da Vara da Infância e da Juventude;
- e) 05 Juízes de Direito de Varas Criminais;
- f) 02 Juízes de Direito da Vara do Tribunal do Júri;
- g) 03 Juízes de Direito dos Juizados Especiais, sendo dois dos 1º e 2º Juizados Especiais Cíveis e 01 do Juizado Especial Criminal.
- h) 01 Juiz de Direito da Vara de Entorpecentes
- i) 01 Juiz de Direito da Vara de Execução Penal
- j) 01 Juiz de Direito da Vara de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher

O FAC possui ainda 14 juízes auxiliares que atuam nas varas supracitadas nas ausências dos titulares das respectivas varas.

Servem também no FAC 454 (quatrocentos e cinquenta e quatro) servidores, sendo 138 Oficiais de Justiça e 316 servidores divididos em: técnicos, analistas, servidores

comissionados e cedidos de outros órgãos da Administração Pública. Contamos também com 51 estagiários, distribuídos nas áreas de: Direito, Administração, Serviço Social, Psicologia e Ciências Contábeis.

O Fórum da Comarca de Campina Grande dispõe de:

- a) Varas Cíveis: 10;
- b) Varas da Fazenda Pública 03;
- c) Vara da Infância e da Juventude 01;
- d) Varas Criminais 05;
- e) Varas do Tribunal do Júri 02;
- f) Juizados Especiais Cíveis 02;
- g) Juizado Especial Criminal 01;
- h) Varas de Família 05.
- i) Vara de Execução Penal 01
- j) Varas Especializadas 05
- k) Setores Administrativos 17: Diretoria, secretaria, Seção de Controle de Pessoal, Contadoria, Central de Mandados, Seção de Expedição, Seção de Distribuição, Seção de Protocolo, Seção de Almojarifado, Telejudiciário, Seção de Arquivo, Depósito Judicial, Central Telefônica, Seção de Reprografia, Seção de Segurança e Transporte e Central de Processamento de Dados (CPD).

Diante da necessidade de implementação da sustentabilidade no âmbito do FAC, caberia a Direção do Fórum em sintonia com a secretaria, com o apoio do Tribunal de Justiça, buscar os meios para concretização de tal feito.

Missão da Organização

Concretizar a Justiça, por meio de uma prestação jurisdicional acessível, célere e efetiva.

Visão da Organização

Alcançar, até o ano de 2018, o grau de excelência na prestação de seus serviços e ser reconhecido pela sociedade como uma instituição confiável, acessível e justa, na garantia do exercício pleno da cidadania e promoção da paz social.

Clientela (Cidadão)

A população de Campina Grande-PB e municípios de Boa Vista-PB, Lagoa Seca-PB e Massaranduba - PB, que se sentem com os direitos feridos e procuram, no Poder Judiciário, uma solução concreta para suas causas. Atendendo desta forma, a todos os cidadãos, seja como partes no processo (autor, réu, testemunha, etc.) ou como advogados, no âmbito de Jurisdição da Comarca de Campina Grande.

Parte II - Diagnóstico da Organização

Como a sustentabilidade é cada vez mais vital para todos os países do mundo. Esse agora, também, é um dos assuntos mais importantes da política, da economia, da indústria, da sociedade e, claro, do Setor Público, uma vez que este desempenha um papel de destaque por ser um consumidor significativo dos produtos ofertados no mercado.

Assim, observamos a necessidade de criação de um Plano de Logística Sustentável para o Tribunal de Justiça como um todo, uma vez que o mesmo serviria de base para desenvolver uma política de sustentabilidade dentro do Tribunal de Justiça estendendo-se para todas as comarcas do estado.

Entretanto, como o Tribunal de Justiça ainda não possui um PLS, o FAC poderia ser pioneiro e através da Diretoria implantar um PLS, o qual traria benefícios para a organização e daria sua contribuição para o meio ambiente, bem como serviria de base para o Tribunal de Justiça criar o seu PLS e disseminar por todo o Estado, visando, desta forma, instituir um modelo de cultura institucional baseado em ações sustentáveis nas atividades da Administração Pública.

O Tribunal de Justiça da Paraíba vem, paulatinamente, buscando adequar-se às recomendações do CNJ no que tange à sustentabilidade. Durante o ano de 2013, foi iniciada a campanha "Sustentabilidade – a Justiça abraça essa ideia", onde, simbolicamente, foram plantadas árvores, em cada Comarca do Estado da Paraíba, para demonstrar o compromisso institucional com as questões ambientais. Para 2014, já estão sendo pensadas algumas ações, como, por exemplo, a mudança de horário para diminuir o consumo de energia elétrica.

Diante disto, baseado nos pontos mais importantes abordados na Instrução Normativa nº 10, bem como na Recomendação nº 11/2007 do CNJ, alguns pontos mais relevantes com relação a sustentabilidade no Fórum Affonso Campos merecem destaque, como:

4.2 Material de Consumo

O Fac ainda não possui uma política de racionalização do material de consumo, o que se observa é o descumprimento quanto à recomendação nº 11/2007 do CNJ, assim como não atende aos princípios da IN nº 10, estando, desta forma, em desconformidade com o que preceitua o PLS no tocante a material de consumo.

4.2.1 Consumo de papel

A atividade forense necessita de uma grande quantidade de papel dado ao grande número de processos físicos atualmente em andamento. Há uma perspectiva de informatização da Justiça, através do Processo Judicial Eletrônico (PJE), que é uma das metas do CNJ para os tribunais, porém, atualmente, só contamos, no Fórum Affonso Campos, com 3 (três) Varas informatizadas. Importante destacar que, embora estas 3 varas sejam informatizadas, o sistema utilizado é o E-Jus e não o PJE, sendo necessária a impressão das petições iniciais para envio as partes envolvidas juntamente com a citação/intimação, não havendo, desta forma, redução no consumo de papel, uma vez que os processos são impressos para serem enviados as partes juntamente com as citações/intimações.

De acordo com dados obtidos através do Setor de Almoxarifado do Fórum Affonso Campos, verificou-se que o consumo médio mensal de papel é de 600 (seiscentas) resmas. Ao ano, o consumo estimado é de 7.200 (sete mil e duzentas), ou seja, 3.600.000 (três milhões e seiscentas mil) folhas de papel Ofício em um ano de trabalho.

O Tribunal de Justiça através do Ato da Presidência nº 30, publicado no Diário da Justiça do dia 30 de abril de 2014, considerando a necessidade de promover a economia e otimizar a aplicação dos recursos orçamentários, determinou a todas as Comarcas do Estado que, obrigatoriamente, seja utilizado o sistema de impressão frente-e-verso em todos os

documentos, no entanto, é importante destacar que, em momento algum o referido ato cita a questão da sustentabilidade e da recomendação do CNJ, ou da IN nº 10, como um dos motivos para tal providência, destacando tão somente a necessidade de contenção de despesas. Essa medida de impressão é tão simples e poderia ter sido implantada há muito mais tempo pela Diretoria do FAC, sem a necessidade da determinação do Tribunal.

Assim, observamos cada vez mais a imprescindibilidade da implantação do PJE, pois este sistema permite uma verdadeira redução no gasto de papel e de tinta de impressora, uma vez que todos os atos processuais são feitos diretamente no sistema, não havendo necessidade de impressão do processo. Além disso, advogados e partes deixam de gastar com deslocamento para o Fórum, pois os advogados podem enviar petições para as referidas varas das suas próprias residências, onde os mesmos também podem ter acesso a todos os atos praticados no processo, como, por exemplo, despachos do juiz e sentenças através de *login* no sistema, não sendo necessária a impressão de papel.

4.2.2 *Consumo de copos*

O consumo de copos é controlado pelo Setor de Almoxarifado. Segundo dados deste setor, o Fórum utiliza, em média, 10.000 (dez mil) copos descartáveis ao mês, entre copos para café de 50 ml e copos para água de 180 ml. Como não existe um programa de coleta e descarte apropriado este resíduo é destinado para o aterro sanitário, quando poderia gerar renda para cooperativas locais, a exemplo do fazem outras instituições públicas.

4.3 **Energia Elétrica**

Cada vez mais aumenta a busca por práticas adotadas antes, durante e após os trabalhos de construção com o intuito de obter uma edificação que não agrida o meio ambiente, com melhor conforto térmico sem a necessidade, ou com necessidade reduzida, de consumo de energia, visando à qualidade de vida dos seus usuários, além da redução do consumo de materiais e energia, minimizando os impactos ambientais provocados pela construção. Diante disso, a ABNT disponibiliza normas específicas sobre o uso de blocos de vidro na construção civil, como a ABNT NBR 15215-1:2005 – *Iluminação natural* – Esses

blocos são muito utilizados na construção de paredes para realçar a iluminação natural e reduzir o consumo de energia (NBR 15215-1, 2005).

Como o prédio do Fórum Affonso Campos não é sustentável, uma vez que muitos setores\cartórios não dispõem de janelas, precisa-se durante todo o expediente, seja pela manhã ou à tarde, trabalhar com todas as luzes acesas, o que gera um grande impacto no consumo de energia.

Segundo dados da Gerência de Apoio Operacional do Tribunal de Justiça, são pagos em média R\$ 38.000,00 (trinta e oito mil reais) de energia elétrica por mês, referentes ao prédio do FAC.

Analisando a fatura do consumo de energia elétrica referente ao mês de janeiro de 2014, pôde-se constatar que o consumo nos horários de ponta possui uma tarifação quase 7 (sete) vezes maior que no horário fora ponta, conforme quadro abaixo:

Quadro 2 - Consumo de energia no Fórum Affonso Campos - mês de Jan/2014

Descrição	Consumo	Tarifa	Valor
Consumo em kwh – Ponta	10.080,00	0,85403	8.608,62
Consumo em kwh - Fora Ponta	67.760,00	0,13727	9.301,41
Energia Reativa Excedente – Ponta	1.960,00	0,13503	264,65
Energia Reativa Excedente - Fora Ponta	11.760,00	0,13503	1.587,95
Demanda de Potência Medida - Fora Ponta	448,00	8,83000	3.955,84
Demanda de Potência Reativa Excedente - Fora Ponta	72,80	8,83000	642,82
Demanda de Potência Ativa - Ultrapassagem - Fora Ponta	88,00	17,66000	1.554,08

Fonte: Próprio autor

Como o expediente forense é de 12:00 às 19:00 horas, observa-se que no horário das 18:00 às 19:00 horas acontece o chamado consumo de ponta, onde a tarifa de energia é muito mais cara, assim, com a mudança nesse horário de expediente, já em análise pelo Tribunal de Justiça, têm-se uma redução significativa no valor pago de energia elétrica.

Outra forma de reduzir o gasto com energia elétrica consiste em aprimorar a assinatura de contrato, de modo que os valores contratados estejam o mais próximo possível da demanda real. Existem equipamentos que melhoram a eficiência no controle destes contratos.

4.4 Água e Esgotos

O Fórum Affonso Campos gasta em média 121 mil litros (121 m³) de água por mês, embora possua um poço artesiano, estão sendo pagos R\$ 4.294,80 (quatro mil duzentos e noventa e quatro reais e oitenta centavos) ao mês, conforme informação da Gerência de Apoio Operacional do Tribunal de Justiça. Sabemos que cada metro cúbico de água utilizada produz, pelo menos, outro metro cúbico de esgoto sanitário. Porém, infelizmente, o esgoto não é tratado, contribuindo, desta forma, para o desequilíbrio ambiental.

4.5 Coleta Seletiva

No Fórum Affonso Campos ainda não existe coleta seletiva. Todo o "lixo", sem distinção, é acondicionado em sacos e colocados à disposição para serem recolhidos pelos carros de limpeza urbana.

Em outubro de 2013, foi instalado o Complexo da Infância e Juventude da Comarca de Campina Grande, onde até então, funcionava no FAC. Como a demanda na referida Vara é grande, viu-se a necessidade de realocação para um lugar mais amplo e que melhor atendesse a população. Nessas novas instalações, foram colocados lixeiros para coleta seletiva, porém, na prática, eles não funcionam, uma vez que faltou uma campanha informativa junto aos servidores, convencendo-os da importância da reciclagem e orientando-os para que separassem o lixo nos recipientes para cada tipo de material, bem como parcerias com associação de catadores.

Enfim, o "lixo" produzido pelo FAC continua sendo tratado como antes, ou seja, sem coleta seletiva e sem parcerias, estando, assim, em desconformidade com o que preceitua o artigo 3º, da lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010:

[...]

VII - destinação final ambientalmente adequada: destinação de resíduos que inclui a reutilização, a reciclagem, a compostagem, a recuperação e o aproveitamento energético ou outras destinações admitidas pelos órgãos competentes do Sisnama, do SNVS e do Suasa, entre elas a disposição final, observando normas operacionais específicas de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança e a minimizar os impactos ambientais adversos;

VIII - disposição final ambientalmente adequada: distribuição ordenada de rejeitos em aterros, observando normas operacionais específicas de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança e a minimizar os impactos ambientais adversos; [...]

XI - gestão integrada de resíduos sólidos: conjunto de ações voltadas para a busca de soluções para os resíduos sólidos, de forma a considerar as dimensões política, econômica, ambiental, cultural e social, com controle social e sob a premissa do desenvolvimento sustentável;

4.6 Qualidade de Vida no Trabalho

Diariamente, escuta-se reclamações por parte dos servidores quanto a Qualidade de Vida no Trabalho, uma vez que o serviço forense é bastante extenuante, já que a jornada de trabalho é de 7 (sete) horas diárias ininterruptas e a demanda de processos é enorme. Além disso, o número de servidores é bastante reduzido, em face da grande rotatividade de funcionários que passam no concurso, mas buscam incessantemente outros concursos melhores, já que não se sentem valorizados pelo Tribunal de Justiça, e, na maioria das vezes, se quer, terminam o estágio probatório, já pedem exoneração para assumirem em outros órgãos. Também há um grande número de servidores afastados por problemas de saúde, na maioria das vezes, acarretados pelo exercício da função. E, como o Tribunal de Justiça alega falta de orçamento para nomeação de servidores, as comarcas acabam funcionando com déficit em seu quadro de pessoal.

Outro ponto que merece destaque é quanto ao ar-condicionado do FAC, este é central e desde que foi instalado nunca foi feita uma limpeza nos filtros. Temos também salas com infiltrações, que no período de chuva molham as paredes e estas ficam com mofo, o que acarreta grande número de pessoas faltando ao trabalho queixando-se de crises de alergia.

Também não há adequado tratamento ergonômico para os servidores e o mobiliário e equipamentos de trabalho do FAC não são nada confortáveis o que aumenta os riscos de doenças ocupacionais, como, por exemplo, as Lesões por Esforços Repetitivos (LER) ou Doenças Osteomusculares Relacionadas ao Trabalho (Dort), além de diminuir a qualidade e eficácia do trabalho.

4.7 Compras e Contratações Sustentáveis

Sabe-se que o setor público tem papel fundamental como indutor de mudanças nos padrões de produção e consumo da sociedade rumo à sustentabilidade, uma vez que é grande consumidor de produtos e serviços.

Quanto às compras e contratações, estas não são realizadas pelo Fórum Affonso Campos, depende exclusivamente do Tribunal de Justiça da Paraíba.

4.8 Deslocamento de Pessoal

O Fórum Affonso Campos dispõe de um Setor de Segurança e Transporte, mas quem autoriza abastecimento, controla viagens, condutores é o Gerente do Fórum com o Auxílio do Chefe de Segurança e Transporte.

A utilização da frota de veículos é de fundamental importância nas atividades forenses, uma vez que são usados para: visitas diversas, interdições, para uso durante os Plantões, viagens diversas, entrega de documentos e processos, etc.

No quadro 3 estão listados os veículos que compõem a frota do FAC, informando a sua utilização:

Quadro 3 – Relação dos veículos do Fórum Affonso Campos

QT	MARCA	TIPO	PLACA	ANO	UTILIZAÇÃO
01	FIAT	DOBLÔ	NPT0891	2012	Utilizada pela Direção do Fórum para atividades diversas inerentes à função
02	FIAT	DOBLÔ	NPU1761	2012	Utilizada pela Central de Processamento de Dados (CPD) para visitas técnicas na circunscrição.
03	FIAT	DOBLÔ	OEW6243	2012	Utilizada para viagens diversas, entrega de processos, deslocamento de juízes, quando necessário. Utilizada também para fazer interdições e durante os Plantões Judiciários em dias que não há expediente forense, para os mais variados serviços.
04	VOLKSWAGEN	KOMBI	MNW5686	2007	Utilizada pela Vara da Infância e Juventude para diversas atividades, como visitas de Assistentes Sociais e psicólogos

					às famílias para adoção, bem como visitas a menores infratores para gerar relatórios para auxiliar nas decisões processuais. Bem como para buscar material, quando preciso, no Tribunal de Justiça.
05	RENAULT	VAN MASTER	NPS3601	2012	Utilizada pela Vara da Infância e Juventude para diversas atividades, como visitas de Assistentes Sociais e psicólogos às famílias para adoção, bem como visitas a menores infratores para gerar relatórios para auxiliar nas decisões processuais. Bem como para buscar material, quando preciso, no Tribunal de Justiça.
06	RENAULT	MEGANE	2296/PB	2007	Utilizado para viagens diversas, entrega de processos, deslocamento de juízes, quando necessário. Utilizado também para fazer interdições e durante os Plantões Judiciários em dias que não há expediente forense, para os mais variados serviços.
07	HONDA	CIVIC	MOQ1489	2005	Utilizado para viagens diversas, entrega de processos, deslocamento de juízes, quando necessário. Utilizado também para fazer interdições e durante os Plantões Judiciários em dias que não há expediente forense, para os mais variados serviços.
08	HONDA	MOTO	NOV2831	-	Utilizada principalmente nas atividades de serviços gerais.

Fonte: Próprio autor

Todos os veículos listados acima são abastecidos com gasolina como combustível, que além de ser derivada do petróleo, lança na atmosfera gases que prejudicam a saúde humana e o meio ambiente, pois não há um motor que faz a combustão de forma correta. Embora muitos dos carros sejam *flex* não é feito o uso do etanol que é menos poluente.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS E SUGESTÕES DE MELHORIAS

Notou-se que o surgimento da legislação ambiental fizeram com que as empresas\organizações tivessem uma relação mais sustentável com o ambiente. Neste sentido, o tema central deste estudo foi a sustentabilidade no Fórum Affonso Campos, tendo como objetivo principal propor ações através de um Plano de Logística Sustentável, levando em consideração a Instrução Normativa nº 10 e a Recomendação nº 11\2007 do Conselho Nacional de Justiça.

O trabalho permitiu identificar os principais pontos onde o FAC precisa melhorar, para ficar em conformidade com as normas citadas. Importante destacar que, mesmo de forma incipiente, o Tribunal de Justiça da Paraíba vêm buscando se adequar as normas, porém o FAC ainda não foi atingido pelos primeiros trabalhos realizados pelo Tribunal.

Repassando alguns pontos deste estudo, afirmamos que promover o desenvolvimento que atenda às necessidades das futuras gerações é a doutrina da sustentabilidade. No entanto, as evidências, com respaldo teórico da Sustentabilidade somado a pesquisa de campo no Fórum Affonso Campos, revelaram um ambiente em que foram verificadas diversas falhas, principalmente no tocante a Qualidade de Vida no Trabalho e a quantidade de papel e copos descartáveis consumidos.

Deste modo, a pesquisa realizada vem atender a uma necessidade que, nos dias de hoje, pode ser considerada como básica às organizações, que é a de promover a sustentabilidade, através da sensibilização e da mudança de comportamento, bem como da internalização de atitudes ambientais corretas.

Porém, apesar desse resultado, não se pode deixar que essas falhas cometidas deixem de ser corrigidas. Esse resultado serve como alerta para a necessidade de mudanças em instituições públicas como o Fórum Affonso Campos, para que se tornem referenciais em sustentabilidade.

Seria relevante a replicação desse estudo em outros órgãos que compõe o Poder Judiciário brasileiro ou até mesmo estudo de caso comparativo entre Tribunais de uma mesma região geográfica. Logo, recomenda-se que outros estudos utilizem métodos e técnicas mais aprofundadas para a coleta de dados, inclusive com a aplicação de questionários ou verificação dos indicadores ambientais.

Contudo, a pesquisa permite que o Fórum Affonso Campos, organização objeto de estudo, entenda a real importância da sustentabilidade para o equilíbrio do meio ambiente,

reduzindo os impactos ambientais e identificando oportunidades de redução de custos e de riscos ambientais.

De acordo com os resultados obtidos na pesquisa, verificou-se que a organização estudada precisa de melhorias urgentes, sugere-se que sejam adotadas as seguintes estratégias:

- Primeiramente implementar o Plano de Logística sustentável ora proposto;
- Aceitar que o recurso básico de geração da qualidade é o servidor público, portanto, deve envolvê-los em programas de qualidade que gerem benefícios para eles próprios o que os deixará motivados para exercer o trabalho da melhor maneira possível, pois os servidores costumam repassar para a sociedade os benefícios de sua satisfação com o trabalho;
- Oferecer, sempre que necessário, capacitação profissional para os funcionários, a fim de que eles se sintam mais seguros e motivados a prestarem um bom atendimento;
- oferecer ações de conscientização dos servidores no tocante a importância da sustentabilidade;
- Alterar, urgentemente, o horário de expediente forense, buscando a economia de energia;
- Propor uma nova visão e uma nova missão para organização, onde pudesse ser incluída a sustentabilidade como meta.

No entanto, isso só será possível se a pessoa responsável pela organização: o gestor, se conscientizar da necessidade de tomar medidas para implementar o PLS no Fórum Affonso Campos, buscando recursos junto ao Tribunal de Justiça, mesmo que isto ocorra a longo prazo. Porém, sabemos que não se pode privar de “preparação do terreno” na implementação de qualquer mudança que afete a cultura e o clima organizacional, mesmo que essas mudanças visem melhorar o ambiente de trabalho.

5.1 Sugestão de Plano de Logística Sustentável para o Fórum Affonso Campos

O caput do art. 225 da Constituição Federal determina que o Poder Público e a coletividade têm a obrigação de atuar na defesa e na preservação do meio ambiente tendo em vista o direito das gerações presentes e futuras ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. (JESUS, 2013). A função de controlar as atividades potencialmente causadoras de impactos

no meio ambiente está expressamente estabelecida pelo inciso V do § 1º do citado dispositivo, que reza que, para assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, incumbe ao Poder Público “controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente”.

Assim, diante dessa necessidade de preservação, torna-se imprescindível propor um Plano de Logística Sustentável (PLS) para o Fórum Affonso Campos, baseado no artigo oitavo da Instrução Normativa nº 10 e na Recomendação nº 11\2007 do Conselho Nacional de Justiça. Este PLS está estruturado em nove temas, que abordam desde o consumo de materiais até a capacitação de pessoal. Para cada tema, são propostas ações destinadas ao atendimento de um objetivo, conforme apresentado a seguir:

Quadro 4 - Apresentação da estrutura do PLS

TEMA	OBJETIVO
1 - Consumo de Papel A4	Promover a sustentabilidade ambiental, econômica e social no Fórum Affonso Campos.
2 - Consumo de copos descartáveis	
3 - Deslocamento de Pessoal	
4 - Eficiência energética	Qualificar as instalações e as edificações para melhor utilização e aproveitamento dos recursos naturais.
5 - Eficiência no Consumo de água	
6 - Coleta Seletiva de Resíduos	Estabelecer parcerias, visando à reciclagem de resíduos ou à destinação ambientalmente correta.
7 - Qualidade de vida no ambiente de trabalho	Promover a qualidade de vida no ambiente de trabalho.
8 - Capacitação educacional	Difundir e promover a prática da ecoeficiência no âmbito do FAC.
9 - Comunicação interna	

Fonte: Próprio autor

Esse PLS tem por objetivo conscientizar os gestores públicos para as questões socioambientais e tentar reduzir os impactos decorrentes das atividades desenvolvidas pelo FAC, como, por exemplo, o uso excessivo de papel e copos descartáveis que não possuem destinação correta, bem como a destinação de impressoras, pilhas, *tonners*, entre outros equipamentos de informática, que sem destinação própria acarretam grandes danos ao meio ambiente. Além disso, o Tribunal de Justiça, sendo órgão aplicador da lei, não pode descumprir legislação vigente, desta forma, a criação de um PLS para instituição que se estenda a todas as Comarcas do Estado torna-se indispensável. Outro fator de destaque para justificar a implantação do PLS no FAC seria a contribuição para a melhoria da qualidade de

vida dos servidores, além de buscar a adoção de novos padrões de comportamento, produção e consumo, promovendo a economia e eficiência dos recursos públicos.

Plano de Material de Consumo

a) Plano de ação papel

<p>TEMA: Consumo de papel A4</p> <p>OBJETIVOS: Reduzir o consumo de papel A4</p>	<p>META: Racionalizar o uso de papel A4</p>
<p>AÇÃO:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Implementação de sistema de Processo Judicial Eletrônico (PJE); • Desenvolver metodologia e de monitoramento e controle mensal da distribuição e consumo de papel; • Configuração das impressoras para padrão de impressão em frente e verso; • desenvolvimento de estudos de viabilidade de aplicação e custos para utilização de papel A4 reciclado. 	<p>ETAPAS:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Treinamento dos servidores; • implementação de melhorias no sistema do PJE; • Verificação e ajuste da configuração das impressoras; • Avaliação da possibilidade do uso de papel reciclado; • Estimativa de custos; • Apresentação do relatório.

b) Plano de ação copos

<p>TEMA: Consumo de copos descartáveis</p> <p>OBJETIVOS: Reduzir o consumo de copos descartáveis</p>	<p>META: Racionalizar o uso de copos descartáveis</p>
<p>AÇÃO:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver metodologia de 	<p>ETAPAS:</p>

<p>monitoramento e controle mensal da distribuição e consumo de copos descartáveis;</p> <ul style="list-style-type: none"> • desenvolvimento de estudo de viabilidade de aplicação e custos para utilização de copos descartáveis oriundos de fontes sustentáveis; • Desenvolver campanha para conscientizar os servidores do FAC a reduzir o consumo de copos descartáveis; • Substituições dos copos descartáveis por canecas duráveis. 	<ul style="list-style-type: none"> • Avaliação da aplicabilidade do uso de copo alternativo; • Estimativa de consumo; • Estimativa de custos; • Apresentação do relatório.
--	--

Plano para Uso Racional de Energia Elétrica

<p>TEMA: Eficiência energética</p> <p>OBJETIVOS: Estabelecer práticas de sustentabilidade e de uso racional para nortear o consumo de energia elétrica</p>	<p style="text-align: center;">META: Racionalizar o uso de energia elétrica</p>
<p>AÇÃO:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Configuração das impressoras instaladas em modo de economia de energia; • Mudar o horário de expediente forense (em análise pelo Tribunal de Justiça); • Fazer o diagnóstico da situação das instalações elétricas e propor as alterações necessárias para redução de consumo; • Fazer um diagnóstico da perda de ar refrigerado por falhas na vedação dos ambientes climatizados; 	<p>ETAPAS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Mapeamento da configuração das impressoras; • Configuração das impressoras em modo de economia de energia elétrica; • Compra e instalação de equipamentos de ar condicionado eficientes e inteligentes; • Compra e instalação de Lâmpadas fluorescente eficientes; • Compra e instalação de painéis fotovoltaicos para converter a energia da

<ul style="list-style-type: none"> • Uso exclusivo de lâmpadas fluorescentes eficientes; • Trocar o ar condicionado geral por ar condicionado split, pois só serão ligados os necessários, ou instalação do sistema de ar condicionado VRF, pois este é um modelo desenvolvido para edifícios de médio e grande porte e possui um sistema multi-split com apenas uma unidade externa ligada a múltiplas unidades internas operando individualmente por ambiente; • Captação de energia solar; 	<p>luz do sol em energia elétrica;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Instalação, testes e operação dos novos equipamentos; • Alteração do horário de expediente;
--	---

Plano para Uso Racional de Água e Esgoto

<p>TEMA: Eficiência consumo de água e geração de esgoto</p> <p>OBJETIVOS: Estabelecer práticas de sustentabilidade e de uso racional para consumo de água e geração de esgoto</p>	<p>META: Racionalizar o uso de água e geração de esgoto</p>
<p>AÇÃO:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Quantificar o volume de água consumido mensalmente; • Desenvolver campanha para evitar o desperdício de água; • Aproveitamento de água da chuva; • Sistema de reuso de água; • Aproveitamento das águas servidas; • Uso de torneiras com válvulas redutoras e com temporizadores; • Uso de descargas econômicas. 	<p>ETAPAS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Instalações de sistema de reaproveitamento de águas pluviais; • Instalações de sistema de reaproveitamento e tratamento de águas servidas; • Compra e instalação torneiras com válvulas redutoras e com sistema temporizador; • Instalação de válvulas de descarga econômica.

Plano para Coleta Seletiva

<p>TEMA: Coleta seletiva de resíduos</p> <p>OBJETIVOS: Promover a destinação sustentável dos resíduos gerados</p>	<p>META: Implementar o Plano de Gerenciamento de Resíduos (PGR) e viabilizar a adesão ao Programa de Coleta Seletiva Solidária</p>
<p>AÇÃO:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Adesão ao Plano de Coleta Seletiva Solidária; • Instalação de coletores específicos para coleta seletiva; • Desenvolvimento e implementação do PGR; • Quantificar o volume total mensal, em quilos, de papel, papelão, toners e plásticos. 	<p>ETAPAS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Constituição de comissão gestora; • Implementação das práticas de coleta seletiva de resíduos; • Assinatura de Termo de Compromisso com as cooperativas de catadores locais; • Mapeamento das necessidades de distribuição de coletores específicos para resíduos recicláveis; • Aquisição e instalação de coletores; • Mapeamento dos tipos de resíduos gerados; • Definição dos métodos de descarte adequados a cada tipo de resíduo; • Desenvolvimento, divulgação e implementação do PGR.

Plano para Melhoria da Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho

<p>TEMA: Qualidade de vida no trabalho</p> <p>OBJETIVOS: Promover continuamente o bem-estar e a</p>	<p>METAS: Realizar a avaliação ergonômica do mobiliário e a avaliação dos ambientes e das condições físicas de trabalho;</p>
---	---

<p>efetividade organizacional por meio do aprimoramento das condições e da organização do trabalho, do fortalecimento das relações socioprofissionais, do reconhecimento e do incentivo ao crescimento profissional dos servidores e da integração trabalho-vida social.</p>	<p>Alcançar 100% dos servidores com ações anuais de prevenção em saúde; Instituir o programa de prevenção e tratamento ao assédio moral;</p>
<p>AÇÃO:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Avaliar ergométrica do mobiliário e equipamentos de trabalho; • Avaliação periódica e permanente dos ambientes e condições físicas do trabalho; • Realização de ações anuais de prevenção em saúde; • Instituição de programa de prevenção e tratamento ao assédio moral; • Capacitação periódica dos servidores. 	<p>ETAPAS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Mapeamento dos setores; • Avaliação ergonômica do mobiliário; • Avaliação dos ambientes de trabalho; • Realização de exame periódico de saúde; • Promoção de campanha de vacinação; • Promoção de palestras sobre prevenção em saúde; • Elaboração da norma para instituir programa de prevenção e tratamento ao assédio moral; • Consolidação e aprovação da norma; • Elaboração da cartilha; • Divulgação da norma e da cartilha.

Plano para Deslocamento de Pessoal

<p>TEMA: Transporte de servidores</p> <p>OBJETIVOS: Promover a racionalização no uso do transporte e a redução na emissão de poluentes com o deslocamento de pessoal</p>	<p>META: Reduzir a quantidade de quilômetros rodados com transporte de servidores e materiais;</p>
<p>AÇÃO:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Utilização de motociclistas para o transporte de documentos, evitando a utilização de carros para o transporte de 	<p>ETAPAS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aumentar o número de motocicletas para suprir a demanda de serviços;

<p>documentos de pequeno volume;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Utilizar como combustível o etanol ao invés da gasolina. 	<ul style="list-style-type: none"> • Sempre abastecer a frota com etanol.
---	--

Plano para Capacitação Educacional

<p>TEMA: Capacitação educacional</p> <p>OBJETIVOS: Capacitar servidores do FAC em assuntos sobre Gestão de Logística Sustentável</p>	<p>META: Implementar Plano de Capacitação Educacional sobre Gestão de Logística Sustentável</p>
<p>AÇÃO:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Implementação de Plano Educacional sobre Gestão de Logística Sustentável 	<p>ETAPAS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Mapeamento dos conhecimentos essenciais; • Identificação do público-alvo para os conhecimentos essenciais • Levantamento das ações educacionais adequadas à aquisição dos conhecimentos essenciais; • Orçamento de custos das ações educacionais priorizadas que atendam aos conhecimentos essenciais • Realização das ações educacionais priorizadas.

Plano para Comunicação Interna

<p>TEMA: Comunicação interna</p> <p>OBJETIVOS: Implementar Planos de Comunicação interna no</p>	<p>META: Divulgar matéria sobre as práticas sustentáveis implementadas pelo FAC</p>
---	--

FAC	
<p>AÇÃO:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Implementação do Plano de Comunicação Interna sobre uso consciente de papel; • Implementação do Plano de Comunicação Interna sobre uso consciente de copos descartáveis; • Implementação do Plano de Comunicação Interna sobre coleta seletiva de resíduos; • Implementação do Plano de Comunicação Interna sobre consumo consciente de água; • Implementação do Plano de Comunicação Interna sobre consumo consciente de energia elétrica; • Divulgar mensal de matéria sobre as ações sustentáveis implementadas pelo FAC 	<p>ETAPAS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Definição dos objetivos específicos; • Desenvolvimento do Plano de Comunicação Interna; • Estimativa de custos • Aprovação e Implementação dos Planos de Comunicações Internas; • Seleção de temas • Pesquisa de conteúdo • Seleção do veículo de comunicação; • Elaboração e publicação das matérias

Cronogramas, Indicadores, Unidades Responsáveis e Recursos

Os cronogramas das ações propostas dependem da aceitação do PLS. Os indicadores utilizados são estabelecidos no Anexo III, § 1º do Art. 9º da IN nº 10. As unidades responsáveis serão determinadas pela Diretoria do FAC juntamente com a comissão de sustentabilidade do Tribunal de Justiça e os recursos necessários para implementação do PLS serão atendidos através dos servidores lotados no FAC e das dotações orçamentárias consignadas na Lei Orçamentária Anual.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Fernando. **O bom negócio da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT: NBR 10004: **Resíduos Sólidos – classificação**. Rio de Janeiro, 2004.

BARROS, Kellen Dias. **Sustentabilidade, um valor para nova geração**: orientações para o professor de ensino fundamental. 2012. Disponível em: <www.fgv.br/fgvonline>. Acesso em 27/12/2013.

BOFF, Leonardo, **Desenvolvimento ou sociedade sustentável** Disponível em: <<http://www.adital.com.br/site/noticia.asp?lang=PT&cod=24513>>. Acesso em: 19/12/2013.

BRAGA, Benedito; HESPANHOL, Ivanildo; CONEJO, João G. Lotufo et al. **Introdução a Engenharia Ambiental**, 2ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

_____. Decreto no 5.378, de 23 de fevereiro de 2005. Institui o Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização – GESPÚBLICA e o Comitê Gestor do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 24 de fevereiro de 2005.

_____. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental. Departamento de Cidadania e Responsabilidade Socioambiental. **Agenda Ambiental na Administração Pública**, 2009.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Logística Sustentável. **Instrução Normativa nº 10**, de 12 de novembro de 2012.

BRESSER - PEREIRA, L. C. Da **Administração Pública Burocrática à Gerencial**. Revista do Serviço Público (Brasília), Brasília, v. 47, n.1, p. 7-40, 1996.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico**. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2006.

CASARIN, Fátima; SANTOS, Mônica dos. **Água: o ouro Azul usos e abusos dos recursos hídricos**. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum – Comissão Mundial sobre meio ambiente e desenvolvimento**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

COMITÊ TÉCNICO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MARCAS PRÓPRIAS E TERCEIRIZAÇÃO. **Histórico da Sustentabilidade**. São Paulo, 2011. Disponível em <http://www.abmapro.org.br/page/artigos_detalhes.asp?id=5>. Acesso em 19/01/2013.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). Recomendação nº 11, de 22 de maio de 2007. **Diário da Justiça**, Brasília,DF, 28 de maio de 2007. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3234:recomenda-no-11&catid=60:recomendas-doconselho&Itemid=515>. Acesso em: 12/12/2013.

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE – CONAMA. **Resolução nº 005**, de 5 de Agosto de 1993.

Construção sustentável: da teoria à prática. Disponível em: <http://www.abnt.org.br/m5.asp?cod_noticia=1634&cod_pagina=965>. Acesso em: 20/04/2014.

GIANSANTI, Roberto. **O Desafio do Desenvolvimento Sustentável**. São Paulo: Atual, 1998. – (Série Meio Ambiente).

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, Susana. **Alternativas de Sustentabilidade**, 2008. Disponível em: <<http://alternativasdesustentabilidade.blogspot.com.br/2008/11/relatrio-brundtland.html>>. Acesso em: 22/04/2014.

GONSALVES, Elisa Pereira. **Conversas sobre iniciação à pesquisa científica**. Campinas – SP: Alínea, 2001.

JESUS, Marli de. **Sustentando uma nova geração, responsabilidade ambiental é dever de todos**. Disponível em: <<http://bloggeracaos.wordpress.com/2013/11/28/responsabilidade-ambiental-e-dever-de-todos>>. Acesso em 10/01/2014.

MELLO, R. F. L. de. **Em busca da sustentabilidade da organização antropológica através da reciclagem e do conceito de auto-eco-organização**. Curitiba, UFPR (Dissertação), 1999.

MORAES, Orozimbo José de. **Economia Ambiental: Instrumentos Econômicos para o Desenvolvimento Sustentável**. São Paulo: Centauro, 2009.

OLIVEIRA, Marcus Eduardo de. **Sustentabilidade do Desenvolvimento**. Disponível em: <<http://www.pagina22.com.br/index.php/2013/07/sustentabilidade-do-desenvolvimento>>. Acesso em 17/01/2014.

O que é o IPCC? 2010. Disponível em: <http://ipcc811.blogspot.com.br/2010/04/o-que-e-o-ipcc_11.html>. Acesso em 14/05/2014.

PORTILHO, Fátima. **Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania**. São Paulo: Cortez, 2005.

ROSA, André Henrique; FRACETO, Leonardo Fernandes; CARLOS, Viviane Moschini. **Meio Ambiente e Sustentabilidade**. Porto Alegre: Bookman, 2012.

SANTOS, Alessandra, ROSA, Eliane Ribeiro, BARBOSA, Jomara V. et al. **Produção Limpa: Necessidade e Diferencial para as Organizações.** Disponível em: <<http://www.revistas.unifacs.br/index.php/rgb/article/viewFile/161/164>>. Acesso em: 17/12/2013.

SILVA, Maria das Graças e. **Questão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável: um desafio ético-político ao Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 2010.

SODRÉ, Mariana Borges. **Relatório de Brundtland,** 2013. Disponível em: <<http://www.ebah.com.br/content/ABAAAfj3EAD/relatorio-brundtland>>. Acesso em: 10/05/2014.

TACHIZAWA, Takeshy; FERREIRA, Victor C. Paradela; FORTUNA, Antonio A. Mello. **Gestão com pessoas.** Uma abordagem aplicada às estratégias de negócios. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

VALLADARES, Angelise, FILHO, José Garcia Leal. **Sustentabilidade e Participação no Setor Público Municipal.** Disponível em: <http://www.unifae.br/publicacoes/pdf/sustentabilidade/jos_garcia_angelise_sustentabilidade.pdf>. Acesso em: 20/04/2014.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI.** Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2003.